



# Glucidario Nobiliarchico

REVISTA DE HISTORIA E DE ARTE

Louçada por Portaria do Ministerio da Instrução Publica de 15 de Fevereiro de 1929  
Premiada com Medalha d'Ouro na II Exposição de Cintra em 29 de Agosto de 1929

Editor-Director AFFONSO DE DORNELLAS

Composto e impresso no

PALACIO DA ROCHA DO CONDE D'OBIDOS — LISBOA

CENTRO TIP. COLONIAL — L. d'Abegouaria, 27 — LISBOA

II VOLUME — JUNHO 1929 — NUMERO VI

## HERALDICA DE DOMINIO

### ALCOBAÇA

Elementos para a historia do Sello, Armas e Estandarte d'esta Villa.

**A**LÉM do officio transcripto no parecer referente ás Armas de Alcobaça, incluido a paginas 141 d'este volume, vale a pena ainda juntar aqui alguns dos officios trocados com a Camara Municipal d'esta Villa sobre o mesmo assumpto.

Lisboa, 23 de Dezembro de 1922. — Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Camara Municipal de Alcobaça. — Apezar de em breve ser remetido a V. Ex.<sup>a</sup> um parecer formulado pela Secção de Heraldica d'esta Associação sobre o braço e bandeira d'esse Município, venho desde já apresentar um esboço do producto do estudo sobre a historia d'essa região. O projecto enviado por V. Ex.<sup>a</sup> não pode ser perfilhado por esta Associação por ser o braço da ordem de Cister, que não pode de forma alguma ser uzado senão pela mesma Ordem. Alcobaça tem uma historia tão grande, que não necessita adoptar um braço d'outrem e foi do producto do estudo d'essa historia que resultou o braço que se apresenta. O Castello d'Alcobaça foi tomado aos mouros, portanto a peça principal d'esse braço deve ser esse Castello, acompanhado dos crescentes que representam a sua origem. Ha em Alcobaça dois rios, portanto, figuram no seu braço e, visto que a Ordem franceza de Cister tanto nome deu á Villa d'Alcobaça, deve representar-se no chefe do braço, as tres flores de liz da França. Como as peças principaes são d'ouro, deve a bandeira ser de seda cor d'ouro. Muito grato ficaria se V. Ex.<sup>a</sup> nos indicasse a data

em que essa Villa foi agraciada com a Torre Espada para se fazer a respectiva citação no parecer que está sendo elaborado. Com muita consideração me assigno, De V. Ex.<sup>a</sup> Att.<sup>o</sup> V.<sup>or</sup> e Cbg.<sup>do</sup>, *Affonso de Dornellas*.

Camara Municipal de Alcobaça — Comissão Executiva — N.<sup>o</sup> 885 — Alcobaça, 30 de Dezembro de 1922. — Ex.<sup>mo</sup> Sr. Affonso de Dornellas — Dig.<sup>mo</sup> Director da Associação dos Archeologos Portuguezes — Lisboa. — Tenho a honra de acusar e agradecer o officio de V. Ex.<sup>a</sup>, e bem assim o esboço do braço e bandeira d'este Município, que o acompanhava, sendo-me absolutamente grato comunicar a V. Ex.<sup>a</sup> a nossa inteira satisfação pelo reconhecimento, a que somos levados em face de ambos esses documentos, de consciencia segura e alta competencia com que essa illustre Associação se occupa dos assumptos para os quaes a sua intervenção é sollicitada. Satisfazendo ao sollicitado na ultima parte do referido officio de V. Ex.<sup>a</sup>, cumpro-me comunicar-lhe que tem a data de 10 de Maio de 1919 e o numero 5664 o decreto que concedeu a esta Villa o grau de cavalleiro da Torre e Espada. Aguardando com o maior interesse o anunciado parecer sobre o braço e a bandeira d'este Município, me subscrevo desejando a V. Ex.<sup>a</sup>, Saude e Fraternidade. O Vice Presidente, *Leonardo Taveira Pinto*.

Lisboa, 18 de Abril de 1923. — Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Comissão Executiva da Camara Municipal de Alcobaça. — Tenho o prazer de juntar a este officio um estudo referente ao braço d'esse importante Concelho, estudo que foi aprovado em sessão de 21 de Março ultimo. A demora foi principalmente motivada pelo aturado estudo que teve de ser feito para justificar a proposta d'um braço que, concentrando a historia de Alcobaça, fosse constituido segundo as regras da heraldica. Enviamos tambem uma prova do desenho do mesmo braço e esperamos tambem em breve enviar um desenho da bandeira a qual deve ter um metro por lado. Esperando o favor de nos acusar a recepção somos com elevada consideração e respeito De V. Ex.<sup>a</sup> Att.<sup>o</sup> V.<sup>or</sup> e Obg.<sup>do</sup>, *Affonso de Dornellas*.

Camara Municipal de Alcobaca — Comissão Executiva — N.º 368 — Alcobaca, 23 de Abril de 1923 — Ex.º Sr. Afonso de Dornellas — Dig.º Director da Associação dos Archeologos Portuguezes — Lisboa. — Tenho a honra de acusar a recepção do officio de V. Ex.ª, de 18 do corrente, bem como do estudo sobre o brazão d'este Concelho, do que tudo vou com a maior satisfação dar conhecimento á Comissão Executiva da minha presidencia, na sua proxima sessão.

Reservando-me para em devido tempo comunicar a V. Ex.ª as



Sello de Beja segundo este parecer

impressões d'esta Comissão Executiva sobre aquele trabalho, que certamente ha de ser por ella acolhido com toda a admiração que elle merece, e aguardando com todo o interesse a remessa do desenho da bandeira, deseja o V. Ex.ª Saude e Fraternidade. O Presidente, *Joaquim Ferreira da Silva*.

Camara Municipal do Concelho de Alcobaca — N.º 427 — Alcobaca, 18 de Maio de 1923. — Ex.º Sr. Afonso de Dornellas — Lisboa. — Tenho a honra de comunicar a V. Ex.ª que a Camara Municipal deste Concelho, reunida ontem em sessão extraordinaria, e depois das mais elogiosas referencias do seu Ex.º Presidente acerca do desenho e do parecer sobre o Brazão deste Concelho, resolveu aprovar por unanimidade um e outro, e que a V. Ex.ª fosse officiado felicitando-o por um trabalho que tão nitidamente revela as altas faculdades de intelligencia e de erudição de V. Ex.ª. Mais resolveu a Camara Municipal d'este Concelho mandar imprimir o referido parecer, a fim de ser feita uma larga distribuição de tão valioso trabalho pelos povos deste Concelho. Aproveito a oportunidade para solicitar de V. Ex.ª se digne informar-me se, depois do Brazão aprovado pela Associação dos Archeologos e pela Camara Municipal deste Concelho, necessita, para entrar em vigor, da aprovação de qualquer outra colectividade ou entidade official. Saude e Fraternidade. O Presidente da Comissão Executiva, *Joaquim Ferreira da Silva*.

Camara Municipal do Concelho de Alcobaca — N.º 494 — Alcobaca, 5 de Junho de 1923. — Ex.º Sr. Afonso de Dornellas — Lisboa. — Desejando esta Camara Municipal mandar proceder o mais brevemente possivel á manufactura da bandeira deste Municipio, segundo o desenho elaborado sobre o tão douto parecer de V. Ex.ª, venho pedir-lhe licença para mais uma vez importunar V. Ex.ª acerca deste assunto, solicitando os bons officios de V. Ex.ª no sentido da remessa o mais proxima que possa ser, do desenho que definitivamente ha de servir á manufactura da mesma bandeira.

Aproveito o ensejo para tambem solicitar de V. Ex.ª a fineza de nos elucidar como melhor lhe aprouver, relativamente ao pedido que tivemos a honra de lhe dirigir na ultima parte do nosso officio n.º 1427, de 8 do mez findo. Agradecendo antecipadamente a V. Ex.ª lhe desejo Saude e Fraternidade. O Presidente da Comissão Executiva, *Joaquim Ferreira da Silva*.

Camara Municipal do Concelho de Alcobaca — N.º 634 — Alcobaca, 16 de Julho de 1923. — Ex.º Sr. Afonso de Dornellas. — Lisboa. — Não tendo tido até agora a honra de receber qualquer res-

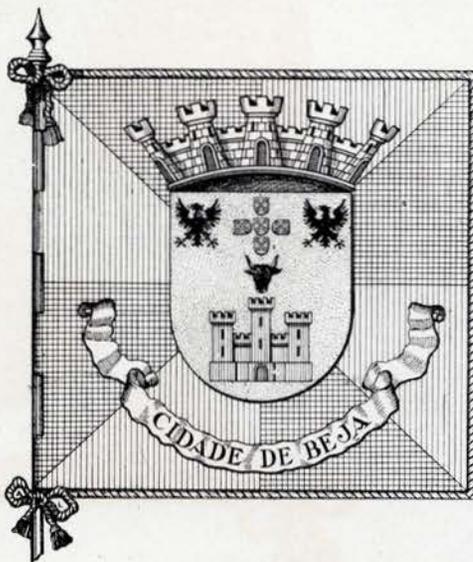
posta ao meu officio N.º 494, de 5 de Junho ultimo, de novo me permito incomodar V. Ex.ª pedindo-lhe a fineza dos seus bons officios no sentido da remessa, o mais breve que possa ser, do desenho que definitivamente ha de servir para a manufactura da bandeira deste Municipio.

A vontade já manifestada por esta Comissão Executiva, no nosso referido officio N.º 494, de que a nova bandeira municipal seja um facto o mais depressa possivel, mais se nos veio afervorar agora que esta Camara Municipal se fez representar nos funerais do grande poeta Guerra Junqueiro com o seu actual estandarte, que nenhuma característica possui em relação ao concelho que se diz representar.

Aproveito o ensejo para solicitar de V. Ex.ª mais um obsequio, qual seja a resposta á ultima parte do meu officio N.º 427, de 18 de maio ultimo, sobre as formalidades a satisfazer relativamente á completa aprovação do brazão e bandeira deste concelho. Saude e Fraternidade. O Presidente *Joaquim Ferreira da Silva*.

Camara Municipal do Concelho de Alcobaca — N.º 609 — Alcobaca, 12 de Julho de 1923. — Ex.º Sr. Afonso de Dornellas. — Lisboa. — De posse da muito prezada carta de V. Ex.ª, de 17 deste mez, cumpre-me agradecer a V. Ex.ª as explicações que na mesma carta nos são prestadas, quanto á remessa do desenho definitivo do Brazão e Bandeira deste Concelho.

Aproveito o ensejo para perguntar a V. Ex.ª se nos seria possivel obter, por emprestimo, a gravura do Brazão, pois está-se procedendo á impressão do parecer elaborado por V. Ex.ª, a fim de ser feita uma larga distribuição do mesmo, em folheto, e muito deseja-



Bandeira de Beja com as cores indicadas heralicamente

vamos que elle se fizesse acompanhar da reprodução daquelle trabalho, não só porque elle constitue, na verdade, um dos mais belos exemplares que temos visto, no genero, mas ainda como um valiosissimo elemento de elucidação para as pessoas que vierem a adquirir e a ler o Parecer de que vamos com tanta satisfação fazer a maior divulgação possivel Saude e Fraternidade. O Presidente da Comissão Executiva *Joaquim Ferreira da Silva*.

Quando em fins de 1926 se resolveu que as Armas Municipaes fossem encimadas por uma coroa mural, foi o facto communicado á Camara Municipal de Alcobaca, que immediatamente completou as suas Armas.

## BEJA

Parecer apresentado por Afonso de Dornellas à Secção de Heraldica da Associação dos Archeologos Portugueses e aprovado em Sessão de 11 de Janeiro de 1928.

A Cidade de Beja, desejando saber como devem ser ordenadas as suas armas que tão mal tratadas teem sido, dirigiu á Associação dos Archeologos o seguinte officio ;

sunto?—Era favor que esta Comissão muito agradeceria, se V. Ex.<sup>a</sup> pudesse auxilia-la na satisfação dos seus desejos.—Queira V. Ex.<sup>a</sup> aceitar os protestos minha alta consideração.—Saude e Fraternidade —Paços do Concelho de Beja, 23 de Outubro de 1926.— O Vogal servindo de Presidente da Comissão Administrativa (a) Antonio Neves Graça.

Seria interessante descobrir um antigo selo de Beja para se vêr como seriam ordenadas as figuras que o compõem.

Não houve certamente na antiguidade qualquer instituição ou método que ordenasse as Armas de domi-



Bandeira e armas da Cidade de Beja

Camara Municipal do Concelho de Beja. N.º 502.—Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Direcção da Associação dos Archeologos Portugueses. Lisboa—Possuiu em tempos esta Camara um estandarte que, em 1835, foi substituido por outro com as côres constitucionais e que está o carecer de reforma.—Desejava esta Camara substituir o aludido estandarte e queria restabelecer o antigo e primitivo estandarte do Municipio; mas, por mais diligencias e pesquisas que tenha feito não lhe foi ainda possivel encontrar quaisquer esclarecimentos sobre a côr e emblemas que o caracterizavam.—¿Possuirão V. Ex.<sup>as</sup> porventura, quaisquer elementos que nos possam fornecer sobre o as-

nio, mas houve com certeza um instinto heraldico que se pode considerar celebre.

As armas antigas de dominio, reprodução dos respectivos selos, são sempre compostas por uma forma tão criteriosa que parece que havia uma norma estabelecida e adoptada pelos municipios.

Todos aqueles povoados que conseguiram trazer até á actualidade as suas armas ou vestigios délas, demons-

tram o bom senso que houve na sua admirável organização e na forma distinta como representavam a história, a vida e as circunstancias que caracterizavam os respectivos povoados.

Beja conserva vestígios das suas armas e portanto do seu sêlo e do seu estandarte, não conseguindo porém, que me conste, conservar um exemplar, copia ou reprodução do referido sêlo.

Perdeu-se tudo e houve uma temporada que se passou sem o sêlo e até sem o estandarte.

Um dia quiz-se restaurar o sêlo e então por informação, por tradição ou por ter ficado descrito em qualquer sitio, desenhou-se o sêlo com aquelas peças que constava terem existido no antigo.

Foi isto evidentemente numa época em que já não existia instinto heráldico, nem conhecimento do que fossem as respectivas regras.

Quem estuda heráldica encontra constantemente flagrantes exemplos do que tem sido há uns trez séculos para cá, a confusão d'esta sciencia organizada pela mais completa ignorancia.

Nos diferentes sitios em que, desde o seculo XVII para cá, se descrevem as armas de Beja, ha referencias á cabeça de um touro, a um castelo. ás quinas nacionais e a duas aguias. Uns substituem as quinas pelas armas completas e outros não falam nas aguias.

Vejamos as duas principais autoridades dos Seculos XVII e XVIII.

Rodrigo Mendes da Silva na sua obra «Población General de España sus trofeos, blasones etc. Madrid, 1645, diz que as armas de Beja constam de um castelo á direita e á esquerda uma cabeça de touro tendo sobre as hastes o escudete das quinas.

Frei Leão de Santo Thomas, lente de Prima da Universidade de Coimbra, na sua obra «Benedictina Lusitana», no final do tomo 2.º Coimbra. 1651. diz: —As armas da cidade de Beja são estas á parte do escudo fica hũ canto sobre hum campo ameno, hũs muros com torres que parecem Cidade, no meyo hũa cabeça de touro até o pescoço, e sobre as pontas, e cobeça as armas Reaes cõ hũa aguia á mão dreyta, e outra á mão esquerda.

Antonio Villasboas e Sampayo, Desembargador da Relação do Porto, na sua obra «Nobiliarchia Portuguesa, tratado de nobresa hereditaria e polltica», Lisboa-1676, não faz referencia ás armas das cidades. Morreu este autor em 1701, publicando-se depois da sua morte mais quatro edições. A de 1708 de Felipe de Sousa Villela, tambem não se refere ás armas das Cidades. — mas as edições de 1727 e 1728, já trazem as armas das Cidades. — De Beja diz: —Tem por armas hum escudo posto hum canto delle sobre hum campo ameno hũs muros com torres a modo de cidade, e no meyo hũa cabeça de touro até o pescoço, e sobre as pontas, e cabeça as armas Reaes com hũa aguia á mão dreyta, e outra á mão esquerda.

A quinta e ultima edição impressa em 1751 correctã, emendada e aumentada por Manuel Antonio Monteiro de Campos, copia exactamente a descrição acima.

Desde Frei Leão de Santo Thomas citado, que a descrição é muito confusa e tão confusa, que ainda hoje, só com muito boa vontade se pode comprehender o que Fr. Leão quiz dizer.

Os editores da «Nobiliarchia Portuguesa» tambem não comprehenderam e limitam se a copiar, razão porque se tem mantido a confusão.

Vejamos agora o que nos diz «Ignacio de Vilhena Barbosa na sua obra «As Cidades e Villas da Monarchia Portuguesa que teem brasão d'armas». Lisboa. 1865.

Descreve assim as armas de Beja: —

«escudo com uns muros torreados á parte direita, e á esquerda uma cabeça de touro até ao pescoço, sustentando as armas reaes de Portugal, com uma aguia de cada lado».

Os estudiosos dos seculos XVII e XVIII acima citados disseram que as quinas ou as armas reais ficavam, nas armas de Beja, *sobre* a cabeça de boi. Este *sobre* foi tomado no sentido de: *para cima de — alem de — em seguida a etc.*, tudo menos *junto a*

Em heráldica se se quizesse explicar que o escudete das quinas era pegado ás hastes do boi teria de se dizer que a cabeça do boi era *rematada* pelo escudete das quinas ou que era uma cabeça de boi *sustentando* o mesmo escudete.

A posição do escudete nas armas de Beja está, heráldicamente falando, encimando a cabeça de boi.

Isto é para melhor explicar a posição que nas armas pode tomar o escudete desde que a descrição não seja rigorosamente feita.

Vilhena Barbosa é que, querendo transportar para linguagem heráldica o que disseram os estudiosos acima citados, transtornou o assunto por completo, pois disse que a cabeça do boi *sustem* as armas reais.

Vilhena Barbosa com certeza não conhecia bem a significação heráldica da palavra *suster*, pois que o desenho que apresenta das armas de Beja, não condiz com a descrição que faz. As armas reaes estão *encimando* a cabeça do boi.

A Colecção de Cartões das Armas das Cidades e Villas publicada no seculo passado é que nos apresenta a cabeça do boi rematada pelas armas reaes.

Emfim, uma enorme confusão que tentaremos agora pôr a direito.

Vejamos os motivos porque existem as diferentes peças nas Armas de Beja.

As aguias indicam a grande importancia que Beja teve no tempo dos Romanos. O Castelo indica-nos que foi Beja uma praça forte. Como nesta região a riqueza local provem principalmente da grande quantidade de gado e dos cereais, a cabeça do touro que aparece nas Armas de Beja é certamente para nos indicar essa riqueza. As quinas são para representar o facto historico de Beja nunca ter pertencido a particulares. A sua posse ficou sempre reservada para a Coroa e foram os Reis, principalmente da primeira dinastia, que lhe deram forais, que construíram as suas fortalezas, que, emfim, a engrandeceram.

Vejamos agora como heráldicamente devem ser arremadas as peças indicativas da historia de Beja e quais os esmaltes que devem empregar-se.

— *De ouro com um castelo de vermelho encimado por uma cabeça de touro de negro. Em chefe as qui-*

*nas antigas de Portugal acompanhadas por duas aguias estendidas de negro. Corôa mural de cinco torres de prata. Bandeira quarterada de vermelho e de negro por serem as côres das peças principais das Armas. Por debaixo das Armas, uma fita branca com letras pretas.— Cordões e borlas de vermelho e de negro. Haste e lança d'ouro.*

O ouro que indico para o campo, representa a nobreza e o poder; o vermelho do castelo indica que esta fortaleza sofreu guerras e teve victorias; o negro que indico para a cabeça do touro, corresponde á terra e esta peça heraldica representa nesta Armas o valor do territorio de Beja; as aguias tambem as indico de negro por este esmalte representar firmesa e obdiencia. As quinás indico-as sem o escudete, visto que o campo é de metal.

Nas composições das armas de dominio só num caso absolutamente excepcional é que se devem incluir as Armas inteiras de Portugal.

Rodrigo Mendes da Silva, o mais antigo dos estudiosos que citei, lá diz, muito claramente, que sobre a cabeça do boi existiam nas Armas de Beja, as *quinás* de Portugal.



## ARGANIL

Parecer apresentado por Affonso de Dornellas á Secção de Heraldica da Associação dos Archeologos Portugueses e aprovado em sessão de 24 de Março de 1926. Publicado no «Jornal de Arganil» n.º 15 de 6 de Julho de 1926.

**N**ÃO foi dirigido á Secção de Heraldica da Associação dos Archeologos Portugueses o pedido da Camara Municipal de Arganil para serem estudadas as suas armas e o seu estandarte, não sendo portanto, como parecer formulado em obdiencia ao determinado pela mesma secção, que estudei o assunto, mas sim por me ter sido feito pedido directo.

Em todo o caso, não quero satisfazer o pedido da referida Camara Municipal sem vir comunicar o resultado das minhas investigações. O inicio do estudo foi motivado pelo seguinte amavel officio:

Camara Municipal de Arganil. N.º 3. Arganil, 8 de Janeiro de 1926. Ao Ex.º Sr. Affonso de Dornellas. Lisboa. Como V. Ex.º é uma auctoridade em assuntos de arqueologia, tendo conquistado

nessa especialidade uma reputação que muito honra o Paiz, vem esta Camara, abusando da sua bondade que não pode deixar de ser um atributo do seu temperamento de artista, pedir-lhe o favor de a esclarecer sobre o seguinte: A Camara d'este Concelho de Arganil, não tem estandarte e deseja mandar fazel-o. O brazão das suas armas é uma amoreira, não se sabendo aqui a razão disso. No envelope d esta carta vae esse brazão. Onde poderá esta Camara mandar fazer o estandarte? Poderá V. Ex.º indicar-lhe a melhor casa no genero? Qual a explicação da amoreira do brazão? Deverá o brazão ser modificado? Quaes devem ser as cores do estandarte? Na hipotese do brazão dever ser modificado, em que sentido o deve ser? Desculpe V. Ex.º este incomodo. A Camara dirige-se a V. Ex.º por um natural desejo de acertar e por reconhecer que ninguem com mais autoridade a poderá elucidar. Saude e Fraternidade. O Vice Presidente da Comissão Executiva (a) Fernando Tabora.

Agradei as amaveis referencias respondi a alguma das perguntas e pedi me esclarecessem se em qualquer epoca teria havido em Arganil fabricação de sedas, ou plantações de amoreiras.

O Presidente da Camara Municipal de Arganil, Snr. Adelino Dias Nogueira, para colher os elementos que eu solicitava, dirigiu-se ao Snr. Dr. Veiga Simões, natural de Arganil, diplomata actualmente em Lisboa que por sua vez se me dirigiu repetindo as perguntas que eu primitivamente tinha feito, deduzindo porem da correspondencia trocada entre os mesmos Senhores, que nada houve em Arganil, pelo menos que seja do seu conhecimento, que justificasse a existencia d'uma amoreira nas armas da mesma Vila.

Ora de facto, actualmente pelo menos, usa a Camara de Arganil d'umas armas onde apenas se vê uma arvore sobre um terrado.

Sem referencia á especie da arvore, é logico que a sua representação figure nas armas de Arganil por ser uma região muito arborizada em que a maioria são pinheiros, havendo tambem grande quantidade de oliveiras e castanheiros. Como porem ha muitas terras de Portugal que tem por principal elemento das suas armas uma arvore, é interessante que qualquer outra peça heraldica, torne distintas as armas de Arganil. Esta Villa teve o seu primeiro Foral em 25 de Dezembro de 1114, quando foi doada aos Bispos de Coimbra por D. Thezeza, mãe de D. Afonso Henriques. Foi o mesmo foral registado a folhas 255 verso do «Livro Preto da Cathedral de Coimbra».

Depois teve Foral novo dado pelo Rei D. Manoel I em Lisboa a 12 de Setembro de 1514, o qual se encontra registado a folhas 35 verso do «Livro dos Foraes novos da Beira», existente na Torre do Tombo.

No mesmo arquivo, sob n.º 2 do maço I da Parte I do Corpo Chronologico existe a minuta do referido Foral novo.

Quando D. Thereza, já viuva do Conde D. Henrique, doou Arganil á Sé de Coimbra, pertencia Arganil aos mouros que parece depois a tornaram a reaver, resando a Historia que foi reconquistada por D. Affonso Henriques,

Foi portanto da posse dos mouros que veio para o

domínio de Portugal, sendo absolutamente logico que figure nas suas armas o emblema heraldico que caracterisava os seus antigos possuidores.

Muito grande é a historia de Arganil, salientando se entre os factos mais notaveis das suas tradições, o ter, D. Affonso V, doado a mesma Villa aos Bispos de Coimbra com o titulo de Conde, para assim perpetuar



Sello de Arganil segundo este parecer

o facto de D. João Galvão, Bispo de Coimbra, ter acompanhado o mesmo Rei á Africa, ajudando-o na tomada de Arzila.

Desde essa ocasião, todos os Bispos de Coimbra tiveram o mesmo titulo.

Não ha porem na historia de Arganil qualquer facto que facilmente se possa representar na composição das suas armas, com tanta razão como seja o assignalar que foi tomada aos mouros o que marca a sua existencia antes da fundação da Nacionalidade Portuguesa.

Proponho pois que as armas de Arganil sejam assim compostas :

*De prata uma arvore verde sobre um terrado da sua côr, acompanhada de dois crescentes vermelhos. —*

*Coroa mural de quatro torres e bandeira verde de um metro por um lado, tendo por debaixo das armas, uma fita branca com os dizeres a preto: «Villa de Arganil». Cordões e borlas de verde. Haste e lança de prata.*

## COMENTARIOS A'S ARMAS DE ARGANIL

Comunicação apresentada no dia 23 de Junho de 1926 á secção de Heraldica da Associação dos Archeologos Portugueses.

Publicada no «Jornal de Arganil» n.º 15 de 6 de Julho de 1926.

No Jornal «A Comarca de Arganil» de 1 de Abril de 1926 vem um artigo da autoria do Snr. Mario Matias intitulado «Arganil — Subsídios para uma monografia — VII».

Vê-se portanto que é um capitulo d'um estudo monografico de Arganil o que é razão para felicitar o seu autor pelo seu acto patriótico. Os estudos desta natureza, são indispensaveis para o conhecimento da historia local, representando um grande elemento para o estudo da historia geral do Paiz.

Bem haja pois o Snr. Mario Matias pela sua iniciativa.

Vejamos as suas opiniões sobre as armas de Arganil.

Já em 1747 o padre Luiz Cardoso, da Congregação do Oratório de Lisboa e Académico Real do Numero da Historia Portuguesa, ao publicar o seu «Dicionario Geografico ou Noticia Historica de todas as Cidades, Villas, Lugares e Aldeias, Rios, Ribeiras e Serras dos Reynos de Portugal e Algarve, com todas as cousas raras que neles se encontrão, assim antigas, como modernas» escreveu, entre outras noticias referentes a Arganil, o seguinte: «Tem por Armas huma amoreira».

Esta indicação copiada posteriormente com insignificantes alterações em outras obras: «As Cidades e Villas da Monarquia Portuguesa que tem braço d'armas», de I. Vilhena Barbosa (1860): .. «tem por armas um escudo com uma amoreira»...; «Dicionario de Geografia Universal» (1878): .. «as suas armas são um escudo com uma amoreira»...; «Dicionario Portugal» 1905:... «o braço da villa é um escudo com uma amoreira»... , vem, em todas elas, desacompanhada de quaisquer indicações ou informes que revelem a razão da sua constituição, deixando misteriosamente inexplicavel a existencia daquela amoreira.

E, por mais que se procure, quer nos textos antigos recolhidos



Bandeira de Arganil com os esmaltes indicados heralδικamente

nas bibliotecas, quer nos contos e lendas da tradição oral a verdade é que em parte alguma se encontra o motivo que determinou a elaboração do escudo d'armas que desde sempre foi atribuido a Arganil, pois que nem mesmo é possível dar-lhe o da existencia de arvores d'aquella especie na região, onde ela foi sempre, e é ainda hoje, insignificante.

O ilustre archeologo e heralδικo Afonso Dornelas não encontrou tambem, num estudo que fez sobre o assunto, qualquer razão explicativa, sendo até, e por isso mesmo, se não estou em erro, de opi-

nião de que a designação amoreira, dada á arvore em causa, devia ser eliminada, deixando-a sem qualquer identificação.

Sem menosprezo ou falta de respeito por esta opinião, entendo porém que em vez duma arvore anonima e misteriosa, que seria sempre um inconveniente na elaboração do escudo, mercê da variedade que de arvore para arvore se constata na silhueta do tronco, no modo de inserção dos ramos, no contorno e forma das folhas, na configuração da coma, etc., etc., porque o artista que do trabalho se encarregasse, não tendo uma indicação verdadeira e rial, teria de entregar-se á fantasia, sempre condenavel em assuntos destes, e nós não teríamos nada a dizer se ele desenhasse ou esculpisse uma amoreira ou um álamo, uma cerejeira ou um cipreste.

Por isso entendo que, impossibilitados como estamos não só

nos homens do campo, e, não nos faltariam outras razões justificativas se não quizessemos aceitar esta, a da imensidade infundavel dos nossos pinhais, razão que só perderia por não ser inédita, pois que no escudo d'armas de Porto Santo foi colocado um drageiro por haver naquela ilha um sem numero de arvores daquela especie.

Entre todas as razões, porém, uma há para mim, que, conjuntamente com a apodada, me leva a defender esta substituição, a convicção íntima de que a arvore existente no brazão não é senão aquelle «pinheiro manso» — como todos lhe chamamos — que ao fundo de Arganil, no caminho para o antigo Mosteiro de S. Pedro de Folques, mostra ao olhar do caminheiro o seu tronco robusto e altivo, enorme e magestoso, que tres homens de mãos dadas não conseguem abraçar.



Bandeira e armas da Villa de Arganil

de identificarmos por si mesmo a arvore que figura no brazão, pois que os desenhos até agora publicados são quasi todos copias uns dos outros e tem por origem, certamente, as indicações escritas nas obras acima indicadas, mas também a conveniencia de dar ao desenho uma forma rial e positiva, e ainda a nenhuma razão de ser uma amoreira a arvore misteriosa, nós deveríamos escolher para figura centro do nosso brazão um pinheiro.

Assim, o desenho seria tirado do natural, das encostas onde brilha ao sol a ramaria verde escura dos pinhais que sempre foram objecto de inspiração dos nossos poetas, desde o mavioso cantor das «Peninsulares», aos vates populares e anónimos que são os nos-

so e assim, assente qua a peça principal do brazão deve ser um pinheiro verde surgindo da terra, sobre um fundo de prata, eu collocar-lhe-hia á esquerda um crescente vermelho e á direita uma mitra tendo em volta uma corôa de conde.

Com o crescente pretenderíamos indicar a provada existencia de Arganil em tempos anteriores á Monarquia, e com a mitra rodeada pela corôa de conde a instituição do condado de Arganil por Afonso V quando, pretendendo premiar os feitos valorosos do mal-aventurado Bispo D. João Galvão, o tornou inherente, *para todo o sempre* á mitra de Coimbra.

Com este projecto recordariamos estes dois factos historicos e

fariamos referencia á riqueza arboricola do concelho, e quem sabe se teriamos o condão de restituir á sua primitiva forma o escudo de Arganil.

Sobre a bandeira a oferecer ou a adoptar pela Camara Municipal não deve haver divergencia, todos certamente terão a mesma opinião, a de que ella deverá ser constituida pela brazão bordado sobre seda verde ou branca, certo que é principio assente em heraldica que as bandeiras municipais, quando não tenham desde longa data cores proprias, devem ser brancas, se se não preferir dar-lhe a cor da peça principal do escudo d'armas.

São estas as conclusões a que cheguei depois do estudo a que procedi; boas ou más ellas são apenas uma opinião pessoal, despida de pretensões de dogmática perfeição. É uma opinião apenas, repito, que a Camara Municipal de Arganil pode aceitar e submeter á apreciação, querendo, da secção de heraldica da Associação d's Archeologos, ou regeitar in limine, por outra qualquer que melhor simbolise e represente aquilo que pretendemos.

Em 24 de Março ultimo, fiz uma comunicação na secção da Heraldica da Associação dos Archeologos Portugueses, sobre as armas de Arganil, tendo concordado a mesma Secção com o projecto que apresentei e que por esse motivo mandei desenhar para depois remeter á Camara Municipal de Arganil que m'o tinha solicitado.

N'esta minha comunicação, propondo para peça principal das armas de Arganil, uma arvore sem indicação da sua especie, eu tive o intuito de não querer preferir esta ou aquella arvore para deixar aberto o campo a investigação mais completa, por ter encontrado em varias fontes a indicação de que existia uma amoreira nas armas de Arganil.

É de supor que originasse a indicação d'uma amoreira para as armas de Arganil, qualquer dos heraldistas do passado que inventavam com alguma facilidade e resolviam problemas por formas absurdas.

Pela rapida investigação que fiz, não encontrei a menor razão para que se fizesse referencia a amoreira.

Desde que não ha portanto uma razão clara e nitida para se especificar na descripção das armas a especie da arvore que ali figura, o melhor é ficar sem indicação dessa especie. A região de Arganil é muito fertil em arborisação, portanto, não entrando em minudencias sobre a maioria desta ou d'aquella especie, achamos razoavel que se não vá alem da indicação de que á uma arvore representante da frondosa arborisação local.

Isto no que diz respeito á arvore que figura nas armas de Arganil e em resposta ao auctor do artigo acima transcrito.

Agora vejamos a ideia da inclusão nas mesmas armas, d'uma mitra.

Não deve figurar em armas de dominio qualquer circunstancia referente á historia indirecta local.

Se D. João Galvão Bispo de Coimbra, tivesse sido agraciado com o titulo de Conde de Arganil para si e seus successores no mesmo bispado por qualquer feito praticado em Arganil, ou em proveito da mesma villa, ou se ainda tivesse sido Arganil, séde de Bispado, era interessante que nas armas da Villa figurasse uma mitra ou qualquer indicação que lembrasse qualquer dessas circunstanças, mas não.

Como D. João Galvão, Bispo de Coimbra, tivesse feito grandes despesas para auxiliar a tomada de Arzilla por D. Affonso V, ou tivesse mesmo acompanhado este Rei n'aquella expedição e tivesse prestados relevantes serviços em Marrocos, D. Afonso V quiz-lhe aumentar as rendas e deu-lhe o que tinha mais proximo de Coimbra, que era a villa de Arganil transformada em Condado.

Estava D. Afonso V no seu direito, porque Arganil pertencia nessa ocasião aos bens da coroa de que fez parte por vezes e servindo para os Reis presentear quem achavam digno disso como é bem conhecido na historia de Arganil.

Que razões ha pois para incluir nas Armas de Arganil uma mitra representativa da sugeição moral e material da Villa ao seu Senhor, que recebeu esse donativo sem ser por premio de serviço que tivesse prestado á mesma Villa?

Sou mesmo da opinião que se alguma vez tivesse figurado a Mitra nas armas de Arganil, devia ella d'ali desaparecer.

Há suposições de que a Rainha D. Thereza, mãe de D. Afonso Henriques, tivesse dado a Vila de Arganil aos Bispos de Coimbra no seculo XIII, tendo-a anteriormente dado ao Conde de Trastamara.

Em 1219 era senhor de Arganil, Affonso Pires, celebre por ter trazido de Marrocos para Santa Cruz de Coimbra, as cabeças de cinco martires.

Aos herdeiros deste Affonso Pires, fez troca D. Affonso IV, da Villa de Arganil, por varias rendas em Santarem.

Em 1346, este Rei, deu Arganil a sua neta a Infanta D. Maria, filha de Pedro I.

Como esta senhora não tivesse herdeiros, Arganil passou novamente para as bens da Coroa até que em 1423 foi doada por D. João I a Martim Vasques da Cunha que nove anos depois a trocou por outras terras.

D. Afonso V, doou a mesma Villa com o titulo de Conde aos Bispos de Coimbra, pela simples razão de lhe querer pagar um serviço que não foi prestado em proveito de Arganil, portanto não ha a menor razão para ali figurar qualquer referencia ao facto.

Não se me oferece fazer quaesquer outras observações no artigo referido do Snr. Mario Matias que pela forma como expõe a sua opinião, dá a perceber que é conhecedor de heraldica de dominio o que é muito para apreciar pois é um ramo da historia que tem andado muito desprezado não havendo portanto que censurar quando apareçam opiniões baseadas apenas em criterios, visto que não existem bases tão divulgadas que estejam ao alcance de todos.

\*

\* \* \*

Assim procurei responder ás objecções do sr. Mario Mathias.

## TREPLICA SOBRE AS ARMAS DE ARGANIL

Publicado no «Jornal de Arganil» n.º 30 de 19 de Outubro de 1926

O semanario regionalista «Jornal de Arganil», n.º 15 de 6 de Julho do anno corrente de 1926, publicou as communicacões que fiz em 24 de Março do mesmo anno na Secção de Heraldica da Associação dos Arqueologos Portuguezes sobre as «Armas de Arganil» e em 23 de Junho seguinte sobre os «Comentarios as Armas de Arganil», juntando-lhe, a seguinte nota da amavel Redacção.

O Sr. Affonso de Dornellas, distinto arqueologo e heraldico, que no nosso paiz e no estrangeiro se tem dedicado ao estudo de arqueologia alcançando uma justa consagração pela sua erudita competencia de investigador, acaba de enviar á Camara Municipal deste concelho o estudo sobre o brazão de armas de Arganil e respectivo estandarte, missão de que tinha sido encarregado pela actual Comissão Executiva em Janeiro do corrente anno. Louvamos a iniciativa da Camara, que concorreu assim um pouco para o esclarecimento da nossa historia local, procurando desvendar a razão ou motivo de figurar uma arvore no actual brazão da nossa terra e assentar na composição do estandarte que pretende adquirir Damos a seguir, pois na integra, o estudo criterioso e inteligente do distinto arqueologo, ao qual agradecemos penhoradissimos a copia que nos enviou, publicando ao mesmo tempo a gravura do projecto para a bandeira e novo brazão d'armas de Arganil. No decorrer do estudo o Sr. Affonso de Dornellas transcreve um artigo que o nosso distincto colaborador, Sr. Mario Mathias, publicou ha pouco em «A Comarca de Arganil», fazendo elogiosas referencias ao seu talento estudioso as quaes sinceramente perfilhamos.

O Sr. Mario Mathias, depois da minha resposta aos seus comentarios, publicou uma Replica no semanario independente «A Comarca de Arganil», N.º 1312 de 12 de Agosto seguinte, com o titulo «Arganil—Subsidios para uma monografia—IX», que passo a transcrever:

O illustre heraldico Affonso de Dornellas, a quem a camara municipal havia encarregado de estudar a origem e justificação do escudo d'armas que actualmente serve para representar o nosso concelho, não encontrou, tal como me sucedera, qualquer informe, por vago que fosse, que fizesse luz sobre a razão determinante da existencia daquela amoreira que, desde 1747 vem sendo apontada como simbolo heraldico do nosso municipio.

E por isso, no seu projecto se não estabelece—como aliás eu havia sido vagamente informado—a identificação da especie a que deve pertencer a arvore que, em respeito á tradição, se mantem como motivo principal do escudo d'armas, que, segundo a opinião do erudito arqueologo, deve ser de prata, com uma arvore verde sobre um terrado da sua côr, acompanhada de dois crescentes vermelhos, e encimadas por uma corôa mural de quatro torres.

Não sei se a Camara Municipal tomou qualquer resolução sobre o assunto ou se a deixou á Comissão Administrativa que deve ser nomeada; mas dum modo ou de outro, eu não quero deixar de abordar novamente a questão, quer para agradecer a transcrição, no trabalho apresentado, e que o «Jornal de Arganil» no seu n.º 15 de 6 de Julho, publicou na integra, do artigo que neste mesmo local publiquei no numero de 1 de Abril, e os amaveis comentarios que nele são feitos ao meu projecto, quer para defender novamente a

necessidade de identificarmos agora e dum modo definitivo, a arvore que vai figurar no brazão.

As razões aduzidas pelo Sr. Affonso Dornellas não me satisfazem.

Não é motivo bastante para a arvore ficar sem indicação da especie a que pertence, como se pretende, o facto de não se ter encontrado «uma razão clara e nitida para se especificar na descrição das armas a especie da arvore que ali figura».

Não. Não devemos deixar á fantasia, mais ou menos arrojada de quem quer que seja, a configuração da arvore do nosso escudo. Na impossibilidade, por enexplicavel, por absurda mesmo, de mantermos nma amoreira, mantenhamos uma arvore, sim, mas que não seja inclassificavel, anonima, uma arvore que represente de facto, e efectivamente, a frondosa arborisação que cobre todo o nosso concelho: esse mar imenso, verde escuro, de pinhais que são a nossa riqueza e a garantia do poder tonificante do ar que respiramos.

Mantenhâmos uma arvore, mas uma arvore real, tirada da nossa flora, até mesmo para que num futuro mais ou menos longo não venha a succeder o que certamente succedeu no passado; não venha algum investigador, menos consciencioso, a apelar a arvore que anonimamente lhe deixamos, fundamentado apenas nas parecências do desenho que lhe chegara ás mãos.

E esse, se fosse o publicado no «Jornal», tem, talvez por acaso, talvez por sugestão, ou por mera simpatia do desenhador, umas tão grandes parecências com um pinheiro, que, quem não souber que ele é apenas o producto da imaginação de quem o fez, julgará tratar-se do Pinheira Manso...

Seja como fôr, o que não faz sentido é que não se lhe estabeleciendo uma especie nova, se não mantenha o mesmo desenho antigo, se modifique o tronco, se altere a forma da côma, se transforme a configuração dos ramos e das folhas, se desenhe, numa palavra, uma arvore nova.

Por tudo isto, e por outras razões ainda, entendo que a modificar-se o desenho da arvore, modificação que julgo conveniente, devemos estabelecer em definitivo a natureza dela, e esta não deve ser outra senão um pinheiro, como alvitrei no meu projecto.

Quanto á inclusão no projecto da mitra rodeada pela corôa de conde, cujas razões em verdade não expliquei detalhadamente, direi apenas que, ao pretender recordar a instituição do condado de Arganil, o não fazia em memoria dos serviços valiosos e valorosos prestados a D. Afonso V pelo Bispo D. João Galvão, mas muito em especial para recordar a importancia que a nossa terra tinda nessa epoca, para entre todas as outras vilas do paiz ser escolhida para primar tão relevantes serviços.

Assim mesmo porém, facil, me é aceitar as razões apresentadas pelo Sr. Affonso Dornellas para a exclusão da mitra e da corôa, mas quanto á especie da arvore que deve figurar no brazão, mantenho a opinião expendida e estou convicto que os motivos apresentados são de molde a convencer.

Como se vê, insiste o Snr. Mario Mathias em que se deve definir a arvore que figura nas armas de Arganil. Eu seria exactamente da mesma opinião se fosse escolhida a arvore que estivesse em maioria no concelho, para existir uma razão da escolha entre pinheiros, castanheiros ou oliveiras visto serem estas as especies com mais representação por aquelas regiões.

De forma alguma concordo porem com a ideia de representar nas armas de Arganil o pinheiro manso que ao fundo de Arganil fica no caminho para o Mosteiro de S. Pedro de Folques. É muita poesia demais para heraldica.

Ou um pinheiro representando os pinheiros do concelho por constituir isso uma grande riqueza, ou uma arvore para representar a grande arborisação que ali existe.

De qualquer das formas é heráldico, pois em Armária de família que em Portugal é a mais vasta e a mais estudada, ha desenas de exemplos para ambos os casos. Ha desenas de famílias que teem arvores definidas nas suas armas e ha desenas de famílias que teem arvores sem indicação da sua especie.

Assim ao acaso lembrarei por exemplo: Reimão — Marchão — Ravago — Fontoura — Biscainho — Fernandes Branco — Seguiet — Braamcamp — Tibao — Barbeito — Porcel — Dogaldo — Matas — etc etc. que nas suas armas teem arvores sem indicação de especie. Na heraldica estrangeira sucede exatamente a mesma coisa.

Nos estudos de heraldica de dominio que tenho feito, procuro sempre definir todas as peças e esclarecer tudo de forma a terminar com duvidas mas de facto nas armas de Arganil fiquei indeciso por não me infor-

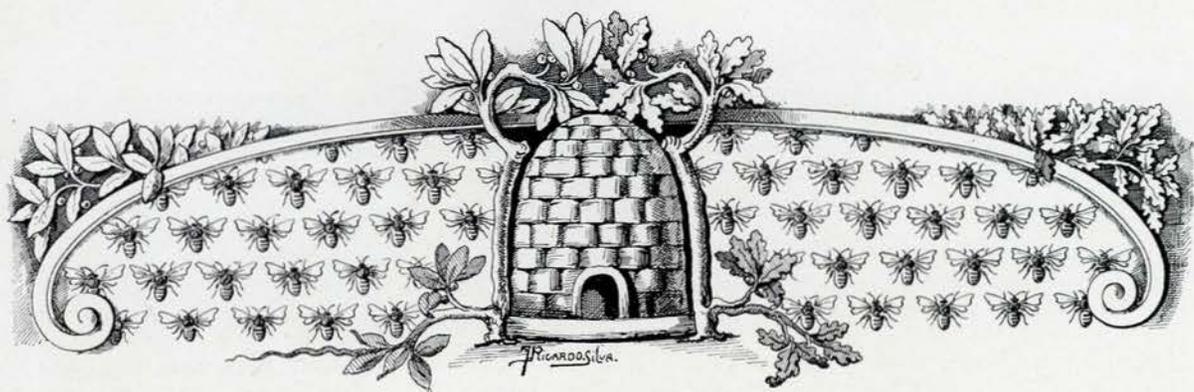
marem qual era a especie da arvore que tinha maior representação ou que representava maior riqueza para o Concelho.

Definida esta, acho interessantissimo e da maior vantagem que se desenhe nas armas uma arvore com a configuração parecida com aquela que se quer representar e que na descrição das armas se faça referencia ao nome da mesma arvore.

Voltando ainda á representação do condado de Arganil nas armas referidas, insistirei em que o unico motivo porque o Rei deu o senhorio de Arganil ao Bispo de Coimbra, foi por Arganil estar proximo de Coimbra e principalmente por pertencer este senhorio, nessa ocasião, aos bens da corôa.

Cintra, 21-9-926





# Lembranças de Portugal em Hespanha

## CATALUNHA E ARAGÃO

**S**OB este titulo que de volumes poderiam escrever-se, de Literatura, de Historia e de Arte! Quanto melhor conhecemos a nação visinha e irmã, mais vasto campo de estudo se abre á nossa curiosidade inquieta, ao desejo fremente de encontrar relacionadas as gentes de aquem e alem fronteiras no decurso dos séculos, pois que a vida historica, politica e artistica foi sempre vida de relação e intercambio e nunca um; mesquinho e infructifero misoneseismo.

Todos os antigos reinos peninsulares, os mais chegados como os mais distantes, nos proporcionam titulos, factos e monumentos comprovativos da continuidade e amenidade de ligações, sendo tão numerosos os principes, donas, fidalgos, religiosas e artistas lusitanos que em Hespanha se estabeleceram ou marcaram a sua passagem, como os castelhanos, andaluzes, aragonezes e catalães vindos para Portugal.

Raramente portanto o portuguez que saia da sua terra em viagem de estudo ou de recreio deixa de trazer no seu bernal de caminhante apontamentos interessando qualquer das secções do vastissimo Tratado das relações luso-hespanholas.

Para mim, a ida ao Congresso da «Associação para o progresso das Sciencias» realizado na capital da Catalunha de 20 a 27 de Junho, em coincidência com a abertura da Exposição Internacional de Barcelona, deu-me mais uma vez ocasião de entesourar noticias de primeira agua, que a amabilidade fidalga de Afonso de

Dornelas quiz arquivar nas paginas da bela revista que dirige.

Abra-se pois o sacco de viagem, donde as recordações irão saindo como presentes familiares...

\*  
\* \* \*

No Palacio Monumental que domina a area da Exposição com a imponencia das suas fachadas riscadas de pilastrões, vasadas de colonatas, sobrepujadas de frontões, coroadas de torres e cúpulas no estilo do melhor renascimento peninsular, está patente nos andares baixo e alto uma estupenda colecção de arte hespanhola, abarcando desde a epoca pre-romana ao seculo XIX, documentada por architectura (modelos de portaes pre-romanticos, romanicos e góticos), escultura, pintura, ourivesaria, iluminura, tecidos, armas, joias e tapeçarias. De todas as provincias a Comissão Organizadora escolheu o que considerou mais representativo e mais raro, fazendo transportar a Barcelona em vagões blindados as preciosidades das catedraes, das colegiadas, dos conventos, das parouquias, dos museus e de algumas colecções particulares.

Ali vi, trazida da Armeria Real de Madrid, a armadura chamada de D. Sebastião, cinzelada como uma peça de ourivesaria; ali estavam, transferidas do Mosteiro de Guadalupe, as duas figuras tumulares orantes



Retábulo do Condestável — «As alegrias da Virgem» — Fot. Arxiu Mas

do infante Denis, filho do rei Pedro I e de D. Ignes de Castro, obras de madeira dourada posteriores á estado do moço rei D. Sebastião no mosteiro, trabalho atribuido a Pompeu Leoni, o escultor de Carlos V e suas esposas, mas que o prof. Elias Tormo julga atribuíveis a Giraldo de Merlo, que trabalhou no retabulo e tumulos reaes do Convento, atribuição com que não concorda o prof. Mérida.

Uma das mais notaveis manifestações de arte contemporanea, aproveitada para realçar a antiga, é a realização dos denominados *quadros historicos*, quinze, distribuidos pelos dois andares do Palacio, e abrangendo desde o periodo visigótico á inauguração do 1.º Caminho de Ferro, o de Mataró a Barcelona, em 1846. O 12.º desses quadros, que ocupam grandes vãos armados como palcos, em que se immobilizaram figuras de tamanho natural admiravelmente reconstituídas, intitula-se: — *El duque de Alba*. Trascrego do catalogo provisorio tudo quanto se refere á scena evocada, e para nós portuguezes, tão evocadora ainda:

«Presentamos al gran Duque de Alba Don Fernando Alvarez de Toledo, el vencedor de Muhlberg, el veterano estratega de Italia y Flandes, a la edad de sesenta y nueve años, lleno de experiencia militar y política.

Muchos retratos nos quedan del Duque en los museos españoles y en otros europeos: en particular son importantes los conservados en la galería particular del actual Duque de Alba.

Pero si expressivos son los retratos no lo son menos las descripciones de los historiadores que trataron de personaje de tanto relieve en la Historia del siglo XVI. Copiaremos lo que dice De Meteren en su *Historia de los Países Bajos*, escrita en los comienzos del siglo XVII, y, por tanto, con bastante proximidad a los sucesos, y lo referido por Ossorio. De la siguiente manera se expresa De Meteren: «Era el Duque de Alba de elevada estatura, enjuto, bien plantado, de rostro largo. Gran corazón, altivo, muy ducho en el disimulo de la Corte. La naturaleza le había dotado de buen entendimiento y de gran experiencia. Ni avaro ni liberal, mostrábase en su casa magnífico y suntuoso. Era generalmente y a la par, aborrecido y envidiado por su extremado rigor y dureza. Orgullosos con sus iguales e inferiores tenía en mucho su propia persona. Ni el Emperador ni el Rey, su hijo, le profesaban gran afecto, a pesar de sus sesenta años de buenos servicios. En hechos de guerra, no sólo superaba a los españoles, pero a ningún capitán de su época podía comparársele. En las ocasiones observaba la más estrecha disciplina militar. Sabía mandar admirablemente un ejército, por haber empleado siempre la guerra defensiva, y aunque bastante arrojado para aventurar su persona, no gustaba de presentar batalla sino cuando se veía superior».

Figura central es la del Duque en la entrevista de Guadalupe, aunque hay otros dos personajes de jerarquía social más elevada como son el Rey Felipe II y Don Sebastián. La escena se verifica en 1.º de enero del año 1577. El rey Don Sebastián ha llegado al histórico monasterio el 22 de diciembre.

Llegava allí a entrevistarse con su poderoso tío el Rey de España; el portugués esperaba mucho de aquella entrevista que resolvería para él arduos problemas en los cuales su alma ensoñadora cifraba el porvenir y las glorias de su monarquía. Felipe II había escogido Guadalupe como sitio más cercano a tierra portuguesa. En aquel monasterio que fundara Alfonso XI en recuerdo de la victoria del Salado, habían de pasar diez días Felipe II y Don Sebastián; el monarca encanecido en los recovecos de las intrigas diplomáticas y en los arduos problemas de la política mundial, frente a un joven lleno de ardores de cruzado que pensaba en la quimera, en empresas caballerescas y generosas. La cordialidad entre los dos príncipes ha-

bia sido perfecta. En los primeros días todo fueron agasajos e atenciones del Rey español y de los grandes de su séquito para Don Sebastián y los hidalgos portugueses. Alguna vez se rozaban asuntos de Estado, la empresa de África y el matrimonio del Príncipe lusitano; pero pronto Felipe desviaba la conversación; estaban de acuerdo, él había de secundar las miras y los anhelos de su joven sobrino que pronto sería su hijo por el proyectado matrimonio con Isabel Clara Eugenia.

El día 1.º de enero era el último de la permanencia de los portugueses en el monasterio. Don Sebastián solicita una larga plática; era preciso afrontar las cuestiones y resolverlas; la impetuosidad del lusitano se rebelaba ante las medias palabras y los astutos subterfugios de su tío; debían llegar a conclusiones definitivas, claras, de una diaphanidad meridiana. La única persona admitida al coloquio fué el Duque de Alba; su experiencia, los consejos del veterano podían ser muy útiles en un caso dudoso. Se reunieron, pues, los tres personajes en la estancia de Don Sebastián, y este es el momento que intentamos reproducir.

Felipe II había ordenado que las habitaciones del rey, su sobrino, estuvieran alhajadas con suntuosidad. La estancia de la famosa entrevista está adornada con guadamecis cordobeses, bufetes de palo santo y un gran brasero de plata en medio del amplio aposento. Las paredes guarnecidas con ricos tapices y en las puertas espesas cortinas de terciopelo. Estamos en lo más crudo del invierno. Los dos reys están sentados en anchos sillones fraílunos. Don Sebastián habla animadamente de la expedición africana, de Muley-Moluco, del peligro turco, de los deberes de la *catolicidad*, de su decidido empeño en llevar el estandarte de la fe contra el enemigo secular de sus creencias, del honor de su estirpe, de la gloria de Portugal. Felipe le oye con atención; unas palabras mesuradas, discretas quieren apagar un tanto los entusiasmos de su sobrino; insinúa las dificultades y previene los peligros. En vano Don Sebastián más enardecido anuncia que irá a la vanguardia de sus huestes. Interviene Alba preguntando: — ¿Contra millares de moros? — Replica el portugués con ironía: — ¿De qué color es el miedo? — A lo cual contesta el de Alba, inclinando la cabeza: — Señor, del color de la prudencia —. Este es el momento que como en instantánea, queremos escoger para representar los minutos en que culmina la entrevista y donde las actitudes pintan los caracteres».

Como *apostila* da soberba plasticização do momento historico desta entrevista de Guadalupe acrescentarei apenas que D. Sebastião expiou a sua imprudencia e os defeitos da sua educação nas chás requemadas do Ksar el Kebir em 5 de Agosto de 1578, e que o duque de Alba entrou em Lisboa á frente dos seus terços de castelhanos, italianos e alemães em 25 de Agosto de 1580.

\*  
\* \* \*

Descendo á ilharga das fontes cachoantes e coloridas, as largas escadarias que medeiam entre o Palacio Nacional e o topo daquela longa e larga Avenida da America que, já dentro do recinto da Exposição, estabelece a ligação entre a Cidade e o parque de Montjuich, olha-se o vasto taboleiro de construcções alastradas na planura, até o mar, perto do qual a Barcelona antiga apinhava o seu casario alto e pardo, rebordando ruas estreitas de porto mediterraneo. Para ai ficam a Catedral velha e Santa Maria del Mar, igrejas goticas por excelencia, grandes igrejas trecentistas onde ha tambem lembranças portuguezas. Continua pois a romagem.



Retábulo do Condestavel — «Adoração dos Magos» — Fot. Arxlu Mas

Ja conhecia a Catedral e Santa Mari. Vizitara-as ambas pela primeira vez em 1914, depois em 1920. Em Agosto de 1914, cerradas as fronteiras francezas pela mobilização, obrigado a atravessar de Genova directamente a Barcelona, caira numa cidade em pleno nervosismo, em que as avenidas confinantes com o mar pareciam acampamentos, tantos os espanhoes que refluíam de França naqueles dias perturbados. De corrida visitei então a Sé, sempre obscura, e Santa Maria ao anoitecer, resplandecente de luzes, onde um sacerdote pré-gava em catalão pletorico de *x x*. como o nosso falar beirão de *s s* serpenteantes.

Em Julho findante de 1920, novamente de regresso da Italia, costeando em ambiente mais tranquilo o Mediterraneo occidental pela Riviera, Côte d'Azur, Côte Vermeille e Costa Brava até Barcelona, pude familiarizar-me com os monumentos e museus da Capital catalã. Alem do admiravel *Museu del Parque*, no seu genero o primeiro da península, vi o *Museu Provincial de Antigüedades*, da Plaza del Rey, vizinho da Catedral.

Essa Plaza é um larguinho ladeado de edificios dos seculos XIV ao XVI, rincão medieval miraculosamente escapado á modernização da *urbs*. O Museu foi instalado na capela gótica do Palacio Real, da invocação de Santa Agueda, e é constituído por mosaicos, boas esculturas, ceramica, tecidos e pinturas, entre as quaes avulta, conservado no local para onde foi destinado primitivamente, o retabulo do Condestavel de Portugal.

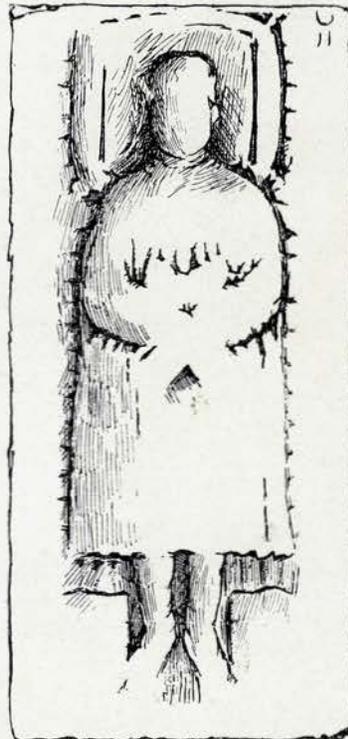
Sobre esta peça evocadora de um periodo de vitalidade lusitana, prefiro a qualquer palida descrição pessoal, substituir as apreciações dos mais recentes historiadores da pintura catalã.

Enumerando as obras do pintor Jaime ou Jaume Huguet, «el mas grande maestro del arte cuatrocentista catalán», a Dra. Gertrudis Richert na sua obra notabilissima: — *La pintura medieval en España — Pinturas murales y tablas catalanas*, publicada em Barcelona em 1926, consigna a paginas 68 que em 1464 o Condestavel de Portugal encarregara o artista de um altar para a Capela Real de Barcelona; e em paginas 69 descreve esse altar nos seguintes termos:

«El retablo de la *Capilla Real*, que no ha sido movido de su sitio en la *Capilla de Santa Agueda*, convertida en *Museo*, no está bien conservado como las obras antes reseñadas; los colores, al temple, han sufrido mucho. Se trata de un retablo dedicado a la Virgen, cuyo cuadro central representa la Adoracion de los Reyes; encima de

éste se ve la Crucifixión, y a los lados la Anunciación, la Adoracion de los pastores, la Resurrección — a la cual ya no asiste la Virgen, — la Ascension, la Venida del Espíritu Santo y la Muerte de la Virgen. Además hay dos figuras separadas, santa Isabel y san Segismundo. En esta obra se encuentra el mismo fino arte de Tarrasa; la figura esbelta y distinguida del rey mas joven, en el cuadro central, debe de ser un retrato del condestable Pedro. Las escenas biblicas están ejecutadas en un estilo sencillo e intimo. Una de las mas hermosas es la de la Anunciación. En los apóstoles ha sabido también el artista dar acertada representación a los tipos del pueblo. Es interesante la circunstancia de que en muchas escenas — precisamente como en el cuadro central de Tarrasa, — a pesar del fondo dorado, se ven grandes trozos de paisaje».

Em *La Peinture espagnole — Le Moyen Age*, aparecido no corrente ano, Gabriel Rouchés refere-se, em mais de um ponto do seu livro, ao Condestavel e ao retabulo da Capela Real.



Pedra tumbal do Condestavel Pedro de Portugal

«Pendant dix ans, de 1464 à 1474, avant que le mariage de Ferdinand d'Aragon et d'Isabelle la catholique unit leurs Etats, Barcelone redevint politiquement une capitale. Elle tomba aux mains d'un prétendant à la couronne d'Aragon, un prince de la Maison de Portugal, Dom Pedro, duc de Coimbre, surnomé le connétable de Portugal. Il aimait le luxe. Amateur d'art, il possédait une belle série de tapisseries flamandes. Il commanda pour le palais royal de Barcelone des décorations dont je reparlerai. Son gouvernement éphémère favorisa, s'il ne le détermina pas, le développement de la peinture en Catalogne (ps. 144 e 145)».

«L'attribution certaine d'œuvres à Jaume Huguet est malaisée, vu la difficulté de distinguer ses peintures de celles qu'ont été exécutées par les membres de la famille Vergós, ses disciples dans une certaine mesure. Aussi les principaux historiens qui se sont occupés d'Huguet et des Vergós, Sanpere y Miquel, Bertaux, Mayer n'ont-ils pu se mettre d'accord. Plus récemment Mme Richert a accru la part de Jaume Huguet au détriment des Vergós (pag. 150)».

«Nous allons passer en revue plusieurs œuvres qui comptent parmi les monuments essentiels de la peinture catalane et auxquelles il est possible pour certaines, que Huguet ait collaboré avec les Vergós.

Cette question se pose, en premier lieu, pour le grand retable des joies de la Vierge, plus connu sous le nom de Retable du Connétable, car il fut commandé en 1464 par le connétable de Portugal. Ce retable était destiné à remplacer celui de Ferrer Bassa (1314), qui avait été détruit. Il était destiné à la chapelle du Palais des rois d'Aragon, la chapelle de Santa-Agueda. Il est resté en place dans cette chapelle devenue le musée archéologique. Ce retable est ainsi distribué: la composition centrale, plus ample que les autres panneaux, nous donne l'Adoration des Rois mages. Elle est surmonté d'un Crucifiement. Les six sujets, répartis trois par trois sur les volets, son: L'Annonciation, la Nativité, la Resurrection, l'Ascension, le Pentecôte, et la Mort de la Vierge. Les Rois mages constituent la pièce principale. Le style, la douceur du sentiment, l'élégance et le luxe des costumes nous suggèrent le nom de Jaume Huguet. Mais un document de 1464 cite Jaume Vergós en tête des peintres que le connétable employa à décorer le palais royal de Barcelone. Em 1466,

Jaume Vergós peignit un retable peu différent pour l'église Saint-Pierre de Vilamajor. De plus, le dessin des fonds dorés et stuqués est celui qui sert aux Vergós. Le problème paraît inextricable. Sanpere y Miquel donne sans hésiter ce retable à Pablo Vergós. Mais nous savons combien Sanpere se montre parfois imprudent dans ses affirmations. Son imagination l'emporte souvent assez loin. En voici une nouvelle preuve: dans le premier des Rois mages il a cru reconnaître le connétable lui-même et dans les deux hommes qui, haut perchés, regardent curieusement la scène, Jaime II Vergós et son fils Pablo. Cette identification est aventureuse. Retenons seulement que les personnages de cette scène donnent l'impression de portraits!

Une parenté, à mon sens évidente, rattache le triptyque du connétable à un autre retable attribué aux Vergós, celui qui firent exécuter les Revendeurs de Barcelone pour l'oratoire de leur corporation... Pour le retable du connétable et pour celui des Revendeurs, deux hypothèses se présentent à l'esprit: 1.° ces retables seraient, en majeure partie, l'œuvre d'Huguet avec la collaboration des Vergós pour les accessoires et pour le fond doré, offrant leur marque de fabrique, c'est-à-dire ces feuilles qu'on retrouve dans leurs tableaux; 2.° ces retables seraient exclusivement l'œuvre des Vergós, dominés à cette époque par l'influence de Jaume Huguet qui, peut-être, aurait formé Pablo Vergós (ps. 151 a 153).

Falando de Huguet, cuja presença em Barcelona está documentalmente comprovada de 1448 até 1487, August Mayer, no volume *La Pintura Espanola*, editado em 1926 pela *Coleccion Labor*, refere-se ao retabulo, que considera do mestre, em poucas palavras:

«... las tablas del altar del Condestable, en el Museu provincial de Barcelona, ofrecen una leve semejanza con las obras umbrías del ciclo de Gentile da Fabriano (p. 52)».

No periodo mais movimentado da *questão dos painéis*, após o aparecimento do livro do Dr. José Saraiva, tendo escrito para Barcelona ao meu illustre amigo, e hoje arqueologo de reputação mundial, prof. Bosch Gimpera, perguntando-lhe se conhecia qualquer retrato do Condestavel na capital onde ele efemeramente governara, recebi como resposta as seguintes informações que transcrevo de sua valiosissima carta de 4 de Março de 1926:

«En seguida de recibir su grata he preguntado a mi amigo Dr. Agustín Duran Sampere, Director del Archivo historico de Barcelona y nuestra mejor autoridad en arte medioeval de Cataluña, lo que conocia de retratos del Condestable. Me dice que no conoce ningun retrato del Condestable de Portugal, a no ser la estatua yacente de su sepultura en la iglesia de St.ª Maria del Mar de esta ciudad, estatua en la cual la cara está completamente gastada, siendo por lo tanto inservible para estudiar las facciones de D Pedro».

Hay un retable en la antigua capilla real de Barcelona, hoy Museo Arqueológico provincial, que se llama — *el retable del Condestable* — porque él lo mandó hacer para dicha capilla, pero en él no hay retrato alguno suyo, y si solo la adoración de los Reyes Magos.

Por lo demas en los libros de cuentas del corto reinado suyo, que se hallan en el Archivo del Real patrimonio de Barcelona, así como en las cuentas de su herencia, que se conservan en el Archivo Municipal no hay rastro de que haya existido ni que él encargase ningun retrato suyo».

Vê-se portanto que, depois de Sanpere y Miquel em *Los Cuatrocentistas Catalanes*, só a Dr.ª Gertrúdis Richert, que é também uma auctoridade em historia da pintura, se mostrou afirmativa quanto á representação do proprio Condestavel pelo primeiro dos Reis Magos que ficaram de pé junto ao rei velho ajoelhado aos pés da Virgem. E' natural que assim seja, não só porque a figura moça e esbelta do rei parece um retrato, como porque tanto o rei de idade madura e S. José, o estão olhando em vez de olharem o Menino, como seria logico. Deve comparar-se esta figura com a taboa chamada do Arcebispo, dos nossos painéis de S. Vicente de Fóra, procurando discernir semelhanças com algum

dos componentes dessa evocação místico-familiar. Para notar é porém, logo de entrada, que nenhum dos guerreiros congregados n'essa taboa apresenta o cabelo encaracolado, como natural ou artificiosamente, o mostra o moço rei da Adoração barcelonesa.

Em Santa Maria del Mar, — uma como que redução da catedral, do tipo de salão, com vasta charola contornante do santuario, as 3 naves equalteadas, a mesma escassez de luz que deixa impreciso o evolvar das abo-



Carlos, príncipe de Viana. — Iluminação da Biblioteca Nacional de Madrid

badas —, a pedra tumbal do rei Pedro, o condestavel de Portugal, que D. Buenaventura Bassegoda, monografista das igrejas da Cidade Condal, publicou na sua obra *Santa Maria del Mar*, e que reproduz junto com estas notas, mostra-nos um vulto desgastado, inservível para qualquer identificação.

Tudo efemero e impreciso na vida deste principe brilhante, cuja lembrança obsidente me acompanha ao sair da igreja que lhe foi jazigo; tudo efemero e intenso como o perfume dos grandes cravos de tonalidades suaves, que as condalinas nos oferecem ás molhadas na escadaria do portico, sob o olhar placido dos Apostolos da fachada...

Deixada Barcelona, a paragem quasi obrigatoria em Saragoça reservei-a pode dizer-se exclusivamente para a visita da *Aljaferia*, o palacio onde nasceu D. Isabel de Aragão, esposa do rei Denis de Portugal.

Fundado pelos arabes fora de portas da Caesar-Augusta romana, mas pouco afastado das muralhas, o que resta de muçulmano nesse palacio é um pequeno oratorio cuja construcção se atribue ao periodo que medeia entre 1048 e 1081, época em que reinava sobre a cidade e região Ahmed Almoctadir, dos Beni-Hud, um dos regulos de taifas.

Conquistada a cidade por Afonso I.º o rei deu-o a Berengario, abade do Convento de S. Bernardo de Cassone, para que construisse ali uma igreja.

\*En 1271, escreve Ricardo del Arco em *Arte Español* (n.º 5 de 1925), ya era residencia real cristiana, pues en tal año nació allí Santa Isabel, hija de Pedro IV y esposa de D. Dionis, Rey de Portugal. Una torre muy maciza detrás del oratorio arabe es el unico resto defensivo del palacio. Allí fué encerrado el doncel trovador de la leyenda, por Fernando el de Antequera, en su lucha con el Conde de Urgel; allí, asimismo, el desgraciado Principe de Viana, y también el famoso Antonio Pérez, el que produjo la rebelión aragonesa del siglo XVI contra Felipe II. Allí, por último, fué trasladado el Tribunal de la Inquisición, después de la muerte alevosa de San Pedro Arbues, y permaneció hasta 1706. En 1868 se cometi6 el desacierto de destinar la Aljaferia a cuartel para alojar dos regimientos... Parece que

el palacio árabe tuvo sólo un piso y los Reyes Católicos levantaron otro encima, tipo gótico-mudejar aragonés, sobre todo en el Salón del Trono. Que fué obra de aquellos monarcas lo delatan la fecha de 1492, las leyendas y los emblemas... Todo se halla hoy desfigurado, maltrecho y destinado a almacenes de armas y municiones. Lo que resta es lo siguiente:

La escalera de honor, con antepecho, conserva detalles interesantes. Es gótica, bajo techumbre de madera pintada al temple, con los haces de rayos, el yugo y el lema, *Tanto monta*. Hay una ventana de arco conopial y otras arquivoltas análogas, muy ornadas. Esta escalera comunica por una puerta central con estancias del cuartel, y por el comienzo, con el primer patio, por el que habrá de irse a las habitaciones reales.

La primera que se encuentra es la sala y alcoba llamada de

Santa Isabel, por el motivo que antes dijimos. Una lapida de marmol lo recuerda, asi como que murió en 4 de julio de 1336 y fué canonizada por el Papa Urbano III en 1625. La techumbre es, como todas, de madera, de laceria mudejar, con el mote de los Reyes. El pavimento conserva restos de azulejos. Hay una habitacion contigua, de planta cuadrada, con techumbre de mocárabes. Sigue una estancia con techumbre de lacerias y un friso con inscripción de letras de oro sobre el fondo azul y la fecha M.CCCXCII; y una breve galeria lleva a la puerta de ingreso del llamado Salón del Trono. Esta puerta ostenta el escudo de los Reyes. Se trata de la pieza mas espléndida del palacio, con techumbre de casetones (gotico mudejar). Debajo, y rodeando la sala, corre una airosa galeria semejante a un triforium catedralicio, sobre ancho friso con góticas labores e inscripción. Por medio de una puerta de rarísimo arco conopial de cinco puntas se pasa a una pequeña estancia contigua, que se saponne la del consejo privado».



Carlos, principe de Viana — Gravura da Secção de Estampas da Biblioteca Nacional de Madrid (Desenho do pintor português Guilherme Felipe)

E' na verdade lastimoso que tão soberbo conjunto gotico-mudejar esteja servindo de deposito de armas, acumulando-se até os tetos, tapando os muros, as rumas de espingardas, encontrando-se na sala do «Trovador» e no quarto da Rainha Santa, caixotes de cunhetes e outra farragem mavoritica. Vale incomparavelmente mais o edificio, que o restaurado Palacio do Arcebispo, de Alcalá de Henares.

Para os visionarios (ou ignorantes?) que sonham com uma evolução architectonica independente no periodo manuelino, a visita da Aljaferia será um bom mergulho gelado na realidade. Na molduragem das portas, datando da renovação dos Reis Catolicos, antes de 1500, encontramos os prototipos de muito portal ma-

nuelino; em especial a porta de rarissimo conopial de cinco pontas, de que fala Arco, é uma autentica precursora dos nossos portaes de tipo chamado radiante, da Vestiaria e Monchique.

Não devo esquecer tambem que o *mihrab* do santuario arabe mostra a cúpula interiormente canelada em gomos.

\*  
\* \*

A proposito da torre de Aljaferia falou-se do desgraçado principe de Viana. Posto que de um modo geral alheia a nossa historia, a figura de Carlos de Aragão não pode ser-nos indiferente sob o ponto de vista artistico. Dois documentos iconograficos que dele nos ficaram trago os á *questão dos paineis* como elementos preciosos para alguma das identificações tentadas acêrca da personagem central das taboas de S. Vicente de Fóra.

Quando o Rei D. João II de Aragão (1458-1479), casado com Branca de Navarra, se esquivou, depois da morte de sua mulher, a outorgar aos pirenaicos a devida independencia, opondo-se aos direitos de Carlos, principe de Viana, negando-lhe a corôa bearnesa, Navarra e Catalunha defendendo na pessoa do infante as suas liberdades tradicionais e particulares, sublevaram-se contra o centralismo aragonês. Preso, desterrado e morto prematuramente o principe Carlos, a revolução, orientou-se n'outro sentido. Mas a figura de Carlos de Viana virtuoso, liberal, bemfazejo, ficou na memoria dos povos como a de um Santo, e com aureola de santidade ele foi representado após a sua morte, circunstancia documentada pelo menos ainda em duas peças iconograficas: um retrato miniaturado que acompanha as Cartas de D. Fernando Bolea, do ano de 1480, e uma xilografia da mesma epoca, ambas existentes na Biblioteca Nacional de Madrid, a primeira na Secção de Manuscritos, a segunda na Secção de Estampas, tendo a segunda sido incluída no *Catalogo de retratos* publicado por A. M. Barcia, em Madrid, em 1901.

Acerca do retrato miniatural disse D. Jesús Domingues Bordona, Conservador da Biblioteca, na conferencia que fez em 1928 no *Centro de intercambio intelectual Germano-Espanol*, sob o titulo — *Retratos en manuscritos espanoles* (p. 11):

«El retrato de D. Carlos de Aragón, el desdichado principe de Viana, ha sido reproducido muchas veces, pero no podria prescindirse de él en un exame iconográfico de manuscritos espanoles.

Tenia D. Carlos — al decir de Gonzalo Santa María — ojos grises, cabellos castaños claros, nariz larga y derecha, rostro flaco y pálido. Era de talla un poco mayor que la ordinaria; tenia un andar grave, un aire lleno de modestia y severidad, un poco de melancolia en la expresion general del rostro.

Representóle el miniaturista con nimbo de santidad, hopalanda negra, gorro carmesi, collar, sortijas, cinturón y rebordes de oro y pedreria, y sobre el pecho la insignia de Santa María del Grifo, orden restaurada por D. Fernando el Honesto. La filacteria que da vuelta a la grande espada, dice: *Justitia Dei*. La que sale de su mano derecha: *Patientia opus perfectum habet Karolus*. El galgo echado a sus pies, simbolo de fidelidad, tiene la leyenda: *Qui se humiliat exaltabitur*. En la parte de arriba, a la izquierda, el escudo de sus estados. A la derecha, un ramo de castaño, emblema de su abuelo Carlos III de Navarra, con la divisa *Bonne foy*, que se repite abajo. En el centro, dos lazos con las letras A. Y. de oculto significado, lo mismo que dos monogramas en la parte inferior derecha.

Es éste el más interesante retrato de quantos la influencia borgoña produjo en España. Iconográficamente se relaciona con un grabado incunable que se conserva en la sala de estampas de la Biblioteca Nacional. Ambas representaciones de devoción serian réplica de tantas otras como debieron de propagarse por Cataluña a la muerte de D. Carlos, contribuyendo a mantener largo tiempo en el espíritu del pueblo la veneración hacia sus virtudes y supuesta santidad. La presencia hieratica y solitaria del personaje, rodeado de leyendas, simbolos e anagramas misteriosos, habia de herir, sin duda, las imaginaciones populares, haciendo más denso el ambiente sobrenatural en que se representaban envuelto al infortunado principe».

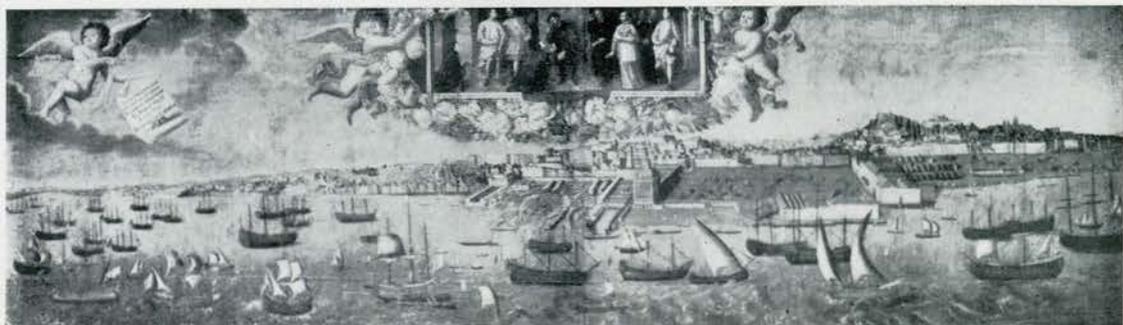
O principe de Viana fóra apenas um pretexto de revolta para a Catalunha; morto este buscaram os nacionalistas outros pretextos, outros chefes. Em 1463 enviavam os catalães secretamente uma deputação ao Condestavel portuguez então em Ceuta, oferecendo-lhe com o condado barcelonez, a coroa de Aragão. Aceitou este a oferta e marchou para a Catalunha onde tomou o titulo de Conde e de Rei em começos de 1464, embarcando na formidavel aventura que o fez baquear, provavelmente envenenado, em 30 de Julho de 1466, entre Manreza e Barcelona.

Que destino relampagueante o deste principe valente, faustoso, educado, artista, para o qual eu desejo, com os proprios versos da sua *Satyra*:

Non fenescas vuestra fama  
Que vuelva por toda parte...

VERGILIO CORREIA





PANORAMA DE LISBOA NO SEculo XVII  
Reprodução de um quadro existente no Museu de Arte Contemporânea

# Apontamentos Iconographicos de Lisboa

## Embarque de S. Francisco Xavier para a India

**A**S photographias que acompanham este artigo são de um quadro a oleo pertencente ao fundo de quadros do Museu d'Arte Antiga, mas provisoriamente em deposito na sede do Conselho de Arte e Archeologia, para onde foi em 20 de Março de 1914, o qual representa uma vista panoramica de Lisboa tirada do Tejo, e, como pretexto do assumpto da pintura, o embarque de S. Francisco Xavier para a India, facto que se realisou no dia 7 de abril de 1541, comquanto seja contestavel que o embarque se tenha effectuado no Terreiro do Paço. Este quadro, com o n.º 390 do inventario de quadros do Museu, tem um outro (n.º 389) que com elle faz *pendant*, guardado no mesmo local, e que representa a chegada do Santo a Goa, no dia 7 de maio do anno immediato.

Ambos os quadros são de grandes dimensões: 4,31 × 1,27 de altura, não incluindo a moldura. Vieram do Collegio dos Nobres em 1867 (?), onde faziam provavelmente parte do recheio artistico do Noviciado dos Jesuitas ou da Cotovia, que antecedeu, no mesmo local, a criação d'aquelle Collegio em 1761 pelo Marquez de Pombal.

Os quadros não estão datados nem assignados.

Cyrillo Volkmar Machado, na sua *Collecção de Memorias*<sup>1</sup>, attribue-os ao capitão José Pinhão de Mattos, ou ao pae do mesmo, Simão Gomes dos Reis, pois que a redacção d'aquelle escriptor presta-se a ambiguidade. Raczynski copiou-o<sup>2</sup>; mas nenhum d'elles nos dá informações sobre os annos do nascimento e da morte d'aquelles artistas, o que nos permittiria fixar com uma certa approximação, a data da feitura dos quadros.

O sr. Luciano Freire, illustre presidente do Conselho

de Arte e Archeologia, é de parecer que devem remontar á epocha de D. João IV, e que não são feitos totalmente pelo mesmo pintor; e especialmente os pequenos quadros das cartellas, poderão ser attribuidos ao pincel do pintor José d'Avellar Rebello, que tendo vivido no reinado do Restaurador, trabalhou por conta dos Jesuitas<sup>3</sup>.

Os dois quadros já foram reproduzidos em 1895, em lithographia, na revista *Arte Portuguesa*, do artista Emilio Casanova, sendo acompanhado o respeitante á cidade de Lisboa, de um artigo descriptivo do erudito Gabriel Pereira, e o relativo a Goa, de unia noticia do sabio Conde de Ficalho. Em excerptos foram reproduzidos pequenos trechos em varias obras tambem modernas<sup>2</sup>.

Sendo do tempo de D. João IV, como se presume, o quadro da partida de S. Francisco Xavier, de que especialmente vamos tratar, apresenta vario: anachronismos, dos quaes o mais saliente é o da representação do torreão do Paço da Ribeira, construido no reinado de D. Filippe II de Portugal, entre 1609 e 1619, simultaneamente com o acto do embarque do Santo, que se realizou em 1541; anachronismos que, de resto, eram vulgares nos artistas, que tratavam de pintar os objectos como se lhes apresentavam á vista, sem curarem de saber como as cousas eram na epocha do acto que pretendiam commemorar.

Contem o quadro dois assumptos principaes: uma vista geral da margem norte do Tejo, desde a Cruz Quebrada, á esquerda, até ao Terreiro do Trigo, á direita; e o embarque de S. Francisco Xavier n'uma galeta atracada no extremo da ponte da Casa da India;

<sup>1</sup> *Dictionnaire*, etc., pag. 17.

<sup>2</sup> *Lisboa Antiga*, por J. de Castilho, 2.ª parte, tomo V, 1889, pag. 127. *Depois do Terremoto*, por G. de Matos Sequeira, vol. I, 1916, pag. 408 A.

<sup>1</sup> Edição de 1823, pag. 214.

<sup>2</sup> V. *Dictionnaire Historico-artistique du Portugal*, por A. Raczynski, 1847, pag. 205.

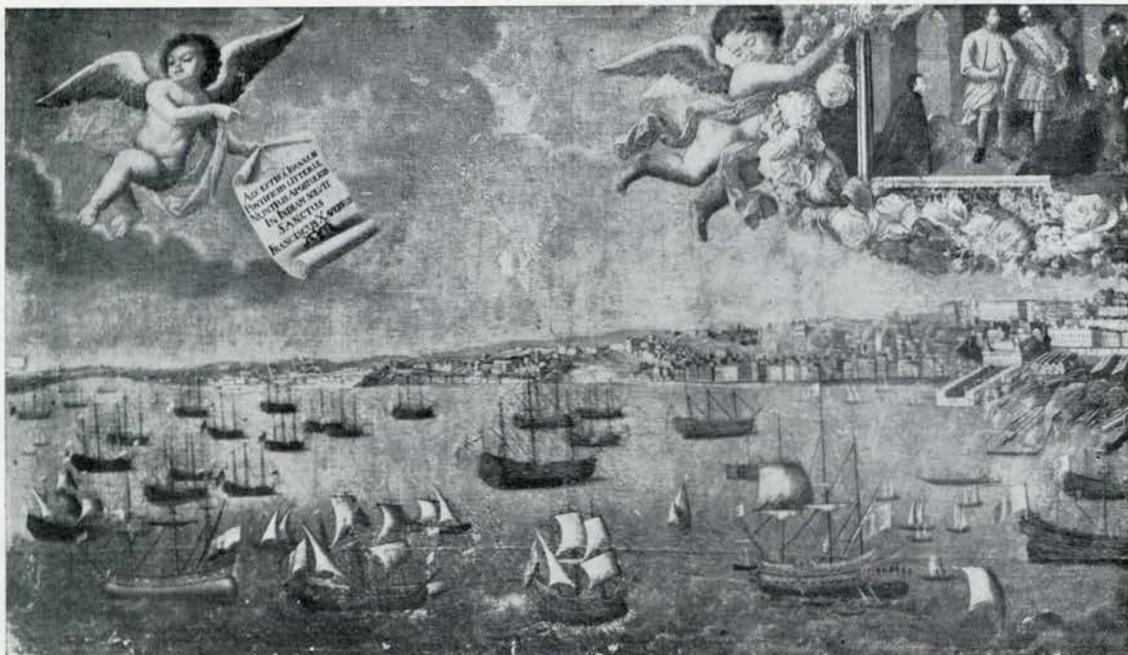
e, n'uma cartella ao meio, na parte superior, a scena da audiencia de despedida de D. João III ao Santo.

Segundo a interpretação de Gabriel Pereira, é possível que algum dos fidalgos ali representados seja o vice-rei Martim Affonso de Sousa, grande amigo de Francisco Xavier, e Governador nomeado para a Índia, e com quem elle foi na mesma armada; um dos padres talvez seja Simão Rodrigues, que esteve na audiencia de despedida, ou Francisco Mansilha, que tambem foi companheiro do Santo para a Índia. Do lado esquerdo, uma outra cartella, com um cherubim segurando um pergaminho desenrolado, explica em latim o assumpto do quadro: *D. João III, tendo recebido as*

Percorrendo rapidamente o quadro com a vista, encontramos primeiramente, na extrema esquerda, o forte da Cruz Quebrada, e na cumiada dos montes alguns edificios de grandes dimensões, um dos quaes é provavelmente o Convento de S. José de Ribamar.

Depois vemos o Mosteiro dos Jeronymos, e defronte d'elle, cercada de agua, a Torre de Belem; proximo do mosteiro estão dois palacios, um dos quaes diriamos ser o do Duque de Aveiras, se da historia não constasse que elle foi construido nos fins do seculo XVII ou principios do XVIII.

Lá se vê a Ermida de S.<sup>to</sup> Amaro, com a sua escadaria pela encosta, como se tem conservado até hoje, e em seguida, tambem na encosta, uma propriedade mu-



Quadro que representa a vista panoramica de Lisboa, e o embarque de S. Francisco Xavier para a Índia (lado esquerdo) existente no Museu de Arte Contemporanea

*lettras pontificias, expede para a Índia S. Francisco Xavier.*

No primeiro plano vê-se o Tejo coalhado de barcos, náos, galeões, caravelas, etc., das armadas portuguezas que n'aquelle tempo faziam a carreira da Índia, e bem assim, alguns navios d'outras nacionalidades. Como é frequente nas pinturas d'aquella época, as bandeiras e velas dos barcos veem-se infunadas por ventos soprando em direcções oppostas.

Ao fundo desenrola-se o panorama de Lisboa, cujos edificios principaes se acham detalhadamente representados, sobretudo os dos primeiros planos; a maioria d'elles pode ser facilmente identificada.

rada, que é a Quinta Real do Calvario.

Segue-se a Bahía de Alcantara, sobre o fundo claro da qual se projecta um promontorio escuro, que representa a Rocha do Conde de Obidos, onde se distingue o Convento de S. João de Deus, o palacio d'aquelle titular, e o Convento das Albertas, com o seu jardim do lado do sul.

Ao longo do rio vêem-se as tercenas ou armazens de recolha de cereaes e outras mercadorias, que duraram, quasi com o mesmo aspecto, até á segunda metade do seculo passado.

Segue-se um outro promontorio, menos nitido no quadro, no alto do qual se distingue a Egreja de Santos, e o palacio contiguo dos Marquezes de Abrantes,

onde está hoje installada a legação franceza. A quinta do palacio era cercada, da banda da terra, por um muro que se prolongava até á beira do Tejo; não existia ainda a muralha de suporte d'aquella propriedade sobre a praia, que forma actualmente o envasamento dos muros de tardoz das casas da Calçada do Marquez d'Abrantes.

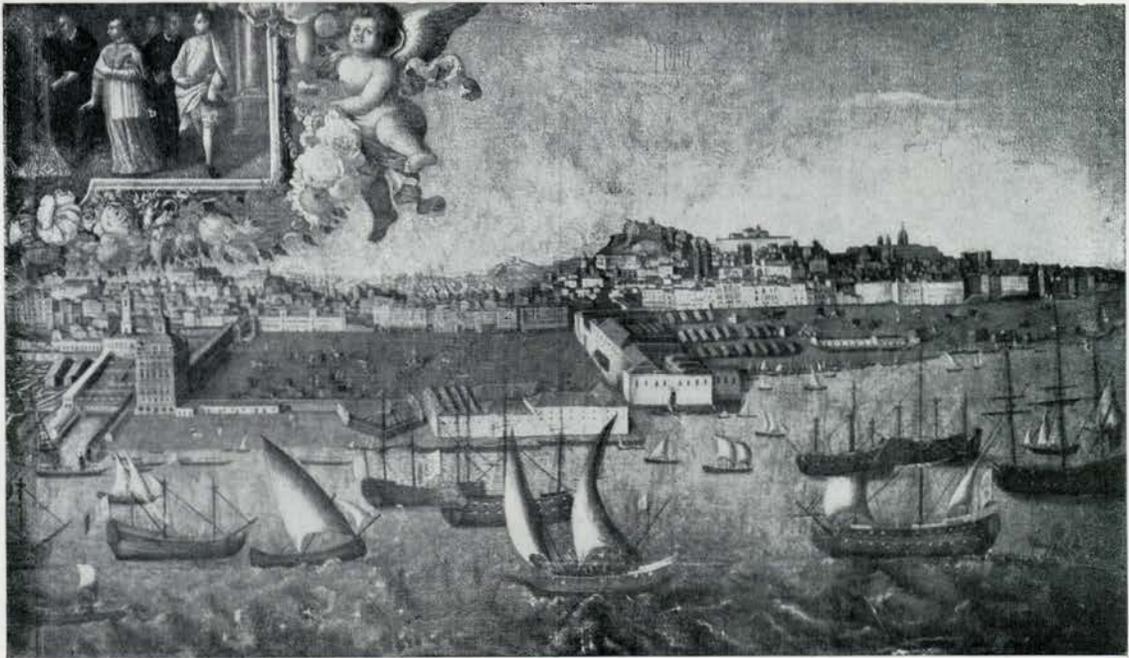
Por traz da parte mais alta do muro vê-se um grande edificio, que deve ser o Convento de Nossa Senhora da Nazareth, vulgarmente conhecido por Convento das Bernardas, na Rua da Esperança, hoje residencia de uma numerosa colonia de gente pobre.

O muro da quinta do palacio de Santos tem, no quadro, um lanço ameiado paralelo ao Tejo, ao qual se segue uma renque de edificios, quasi todos com 2 e 3

nasce, subindo obliquamente pela encosta, uma rua que será a antecessora da actual Rua do Arco, ou mais provavelmente da Imprensa Nacional.

Na linha da cumeada avista-se a casa do Noviciado dos Jesuitas, no local da Escola Polytechnica, e a meia encosta, junto á citada azinhaga que vae para a Rua de S. Bento, uns casarões que foram identificados com o palacio dos Soares, onde é o actual edificio da Imprensa Nacional, distinguindo-se, no angulo inferior do muro de vedação da quinta do mesmo palacio, o pombal que deu o nome á quinta.

A' direita dos edificios que se seguem ao Noviciado vê-se uma cousa parecida com uma arcaria, que Matos Sequeira presume que poderia representar o *aqueducto de*



Quadro que representa a vista panoramica de Lisboa, e o embarque de S. Francisco Xavier para a India (metade direito), existente no Museu de Arte Contemporanea

andares, alinhando-se na pequena praia do rio; são os antecessores dos predios do lado norte dos actuaes Largo do Conde Barão, Rua da Boa Vista e Rua de S. Paulo.

No meio da casaria parece entrever-se o Mosteiro da Esperança, e pela encosta acima estende-se uma grande cêrca arborisada, e com 6 cyprestes perfilando-se no céu, que Matos Sequeira supõe ser o cemiterio dos allemães, mas que nos inclinamos a que seja a cêrca do Convento de S. Bento da Saude, edificio que se vê no angulo inferior direito da cêrca, a qual se prolonga até ao Convento de Nossa Senhora da Estrella, que se avista na linha da cumeada.

As casas que limitam esta cêrca, do lado direito, são as do lado occidental da Rua de S. Bento, da qual

*S. Pedro de Alcantara*, porventura restos do aqueducto romano, de que hoje não existem nem vestigios.

A Igreja de S. Paulo, voltando para o observador o seu muro de tardoz, porque a frontaria ficava orientada para o poente, ergue-se no meio da casaria, e ao seu lado esquerdo distinguem-se no quadro as igrejas de S.<sup>ta</sup> Catharina, que existiu no Alto da mesma denominação, e a das Chagas, quasi unidas por effeito da perspectiva.

Continuam os predios de habitação e armazens junto ao rio até ao Palacio do Corte Real, que ostenta as suas extensas galerias avançando pelo Tejo dentro, e limitando por esse lado a Ribeira das Nãos, antecessora do nosso Arsenal da Marinha.

Por cima veem-se dois enormes predios, Palacio dos

Duques de Bragança, que muito padeceram com o terremoto de 1755 e com o incendio que se lhe seguiu, e que originaram o desaparecimento de immensas riquezas que constituíam o seu recheio.

No meio das casas sobresahe uma grande chaminé, naturalmente pertença de alguma das officinas de ferreiros que por aquelles sitios abundavam; por baixo vê-se um grande palacio, que talvez fosse o de Lopes Mendes do Rio, e um pouco mais á direita, no alto de uma escarpa, o palacio que foi dos Condes da Ribeira e de Villa Franca, situado, na cidade actual, no extremo superior da Calçada de S. Francisco.

Do lado esquerdo d'este palacio entrevê-se a torre sineira da Igreja dos Martyres, cuja fachada principal era voltada para o poente, e por traz do mesmo o macisso do Convento de S. Francisco da Cidade e uma das torres da sua igreja.

A Ribeira das Nãos acha-se representada no quadro com muita fidelidade. Confrontando os seus detalhes com a planta conhecida da Lisboa anterior ao terremoto de 1755, verifica-se que já nos meados do seculo XVII o arsenal possuía as mesmas caldeiras, estaleiros, officinas e apparelhagem que apresentava um seculo mais tarde, e cujas linhas geraes ainda hoje se podem descortinar, apesar de tantas modificações que posteriormente soffreu.

A actual doca de abrigo do arsenal já existia ha três seculos atraz, e formava um dos seus lados a ponte da casa da India, em cuja extremidade se vê D. João III despedindo-se de S. Francisco Xavier, já embarcado na galeota; a figura do Santo tem no quadro 32 mm. de altura.

Segue-se depois, na margem do rio, o Palacio Real da Ribeira, construido por D. Manuel I, mas já com o elegante torreão e cupula com lanternim, construidos por Philippe Terzi por mandado do rei D. Philippe II de Portugal. A' esquerda vê-se nitidamente a torre sineira da Capella Real com o seu relógio na face voltada para o rio, e porventura com outro mostrador na face orientada para o Terreiro do Paço.

A disposição e architectura das alas norte-sul e poente-nascente do Palacio Real da Ribeira, representadas no quadro, são mui semelhantes ás que existem nas vistas que se conhecem do mesmo palacio, da primeira metade do seculo XVII, de origem nacional.<sup>1</sup>

São bastante differentes das que se conhecem anteriores á construcção do torreão filippino,<sup>2</sup> as quaes re-

<sup>1</sup> Na seguinte obra: *Viagem da Catholica Real Magestade del Rey D. Filipe II...* por João Baptista Lavanha, desenho de Domingos Vieira, 1622.—Na collecção de vistas de Lisboa por Dirk Stoop, 1660.—No quadro a oleo da auctoria do mesmo Dirk Stoop (?), reproduzido por Matos Sequeira a pag. 52-A da obra: *Tempo Passado*, 1923, etc.

<sup>2</sup> Por exemplo, nas seguintes obras: *Chronica de El-Kei D. Afonso Henriques*, por Duarte Galvão (V. o n.º 4 do vol. II d'este *Elucidario*); *Arvore Genealogica da Casa Real Portuguesa*, de Simão Beninc (idem); *Livro de Horas de D. Manoel*, no Museu de Arte Antiga; *Chronica de D. João I*, por Fernão Lopes, no Archivo Nacional da Torre do Tombo.

presentam a genuina construcção manuelina, cuja duração foi pouco além de um seculo. O palacio do nosso quadro diverge tambem bastante dos que constam das vistas phantasiadas e publicadas no estrangeiro, tomando por base os panoramas de Lisboa, da obra de Jorge Braunio.<sup>1</sup>

Devemos pois assentar que a representação do Palacio Real da Ribeira é a mais fidedigna vista de como eram os paços reais depois da remodelação feita por ordem de Philippe II, e que se manteve, com pequenas alterações, até ao terremoto grande de 1755.

Continuando para o nascente, as edificações da parte norte do Terreiro do Paço mostram muitos andares, vendo-se as portas da muralha da cidade conhecidas por Arco dos Pregos e Arco do Açougue, havendo entre estes dois arcos uma varanda sobre esteios de pedra, tendo por baixo lojas onde em 1573 se vendia louça. A's Portas da Ribeira, que não foram representadas no quadro, mas que ficavam situadas no intervalo entre os dois ultimos predios do lado norte da praça no canto da direita, alojavam-se os remendões em tendas, e negociavam em alpendres os vendedores de vidro.

O lado oriental da praça era occupado, na parte mais septentrional, pelo edificio do Terreiro do Trigo; e na parte restante pelas casas das Alfandegas Reaes, cuja porta de entrada ficava abrigada sob um alpendre.

No lado sul da praça vê-se ao centro o Forte do Terreiro do Paço ou da Vedoria, e á direita outras dependencias das Alfandegas.

Ao centro ergue-se o chafariz encimado pela estatua de Apollo, e espalhadas pelo terreiro veem-se varias séges, fidalgos a cavallo e a pé, homens e burros com cargas, dois moços transportando uma caixa a pão e corda, etc.

De entre o agglomerado de casas que se veem por traz dos edificios do Terreiro do Paço sobresahe, na linha da cumeada, o Convento da Trindade, por cima do qual se avista o frontão da Igreja de S. Roque; o Convento do Carmo; e o Convento de S. Pedro de Alcantara, no alto de uma encosta arborizada, onde se construíram, no seculo seguinte, as duas muralhas de suporte dos actuaes jardins de S. Pedro de Alcantara.

Mais em baixo veem-se as duas torres pyramidaes, pintadas com faixas angulares azues e brancas, da Igreja de S. Julião; as duas torres sineiras da Igreja da Conceição Nova; uma cupula sobre arcadas que possivelmente pertenceria á Igreja de S. Nicolau, ou de Santa Justa, ou do Convento da Encarnação.

Entre estas torres projecta-se no horizonte o macisso de um convento, que se poderá identificar com o de Sant'Anna, ou porventura com o Collegio de S.<sup>to</sup> Antão dos Jesuitas; e mais á direita a Capella de N. S.<sup>a</sup> do

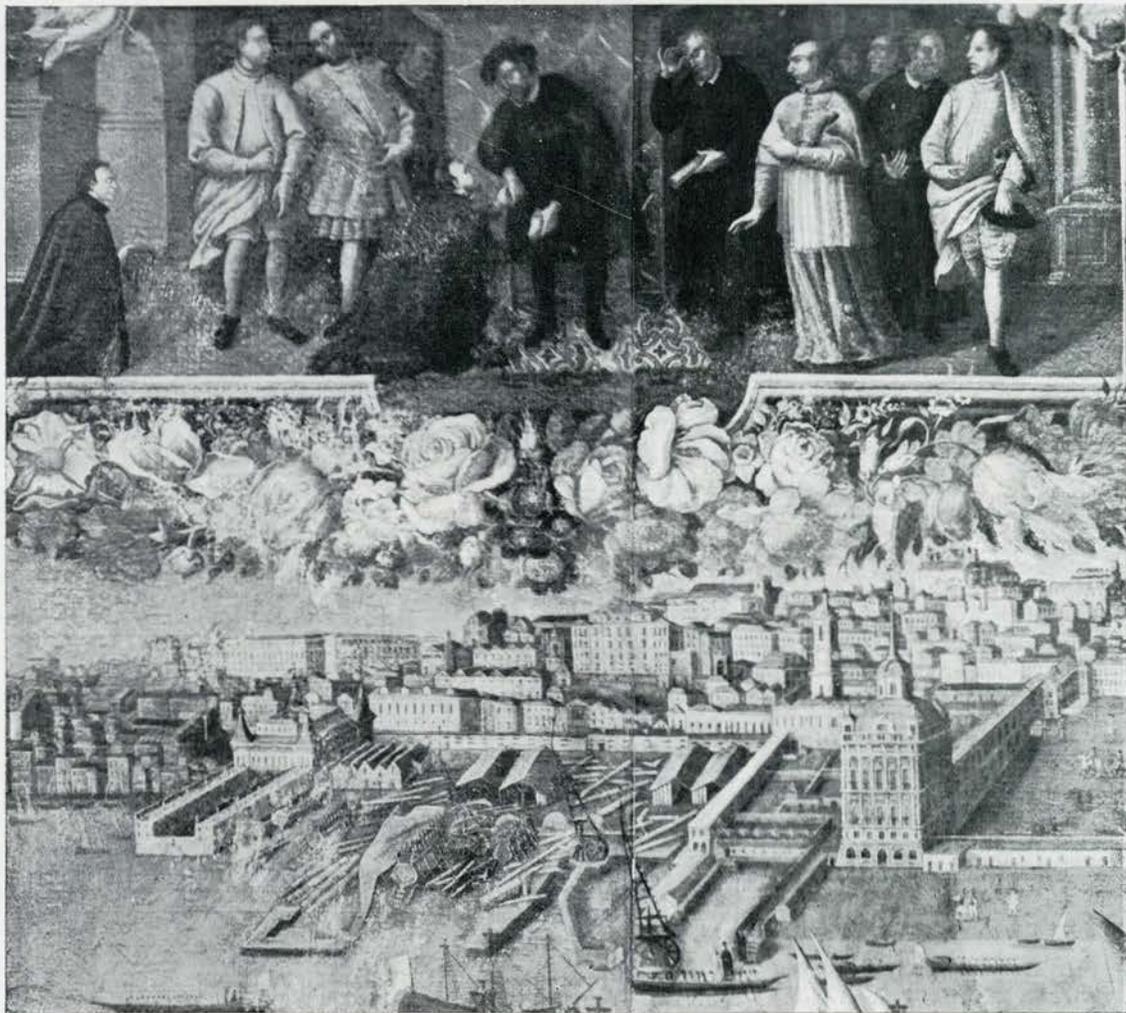
<sup>1</sup> *Civitates orbis terrarum Liber primus* por Georgivs Bravn Agrippinensis—1572—*Vrbium precipvarum mundi theatrum quintum*—Auctore Georgio Bravnio Agrippinate s/d (1593?).

Monte, a que se segue uma grande edificação, já meio encoberta pelo Monte do Castello, que pretende representar o Convento da Graça.

Na base da linha do perfil d'este monte avista-se uma torre que hesitamos sobre se será a da Igreja de S. Christovão ou de S. Lourenço, e á direita vê-se a grande mole do Palacio do Marquez de Tancos, ainda existente.

os antigos Paços da Alcaçova e a Torre do Tombo, na qual foi installado de origem, como é sabido, o Archivo Nacional, que d'aquella torre recebeu o nome.

Na linha do horizonte projecta-se em seguida o perfil do Convento de S.<sup>to</sup> Eloy ou dos Loios, por cima de cujo telhado se avista uma igreja, que poderá ser a do mesmo convento, ou mais provavelmente a de Santa Cruz do Castello.



Parte central do quadro que representa a vista panorâmica de Lisboa, vendo-se, na cartella superior, a scena da audiencia de despedida de D. João III a S. Francisco Xavier quando este embarcou para a Índia em 1541, e na parte inferior a Ribeira das Naos, o Palacio Real da Ribeira e o do Corte Real, e os mais palacios, egrejas, conventos e casaria d'aquella parte da Cidade. Em baixo está S. Francisco Xavier n'um bergatim para seguir para a nau que o levou á Índia.

O Castello de S. Jorge mostra a disposição que tinha antes das grandes obras que lhe deram o detestavel aspecto que actualmente possui. Conclue-se por isso que esta remodelação é posterior a D. João IV, isto é, ao meiado do seculo XVII, sendo provavel que as construcções que se veem no quadro representem ainda

Por baixo vê-se a Igreja da Sé, com as suas duas torres sineiras na fachada, e a grande torre quadrada sobre o cruzeiro; contiguo a esta fica o edificio dos Paços dos Arcebispos de Lisboa, apresentando um grande portal voltado para o sul.

A prisão do Limoeiro deve achar-se representada no

quadro, no meio da casaria, mas não conseguimos identificá-la.

No seu perfilam-se em seguida as duas torres sineiras da fachada da Igreja de S. Vicente de Fora, por cima do mosteiro, assim como o zimbório, que os contemporâneos consideravam uma das *cousas mais magnificas* da Côrte, mas que cahiu pelo terremoto de 1755.

Continuando para a direita, recorta-se no horizonte o perfil de um outro edificio com o aspecto de convento, que será algum d'aquelles mosteiros que ficavam para nascente de S. Vicente; provavelmente o Mosteiro de S.<sup>ta</sup> Clara. Tambem se tem pretendido identificá-lo com a Igreja inacabada de S.<sup>ta</sup> Engracia.

No segundo plano vemos, d'este lado, a Ribeira com as suas tendas de venda de peixe e d'outros artigos comestiveis, e, na extrema direita, a força onde ainda estrebucha um suppliciado vestido de alva. Na vasta praça circulam algumas séges, mulheres e homens com cargas, e proximo das barracas de venda, veem-se duas mulheres sovando uma outra (ou um homem) estendida no chão, sem que ninguem lhe acuda; parece que esta scena, pela sua vulgaridade, já não conseguia despertar a attenção.

O fundo da Praça da Ribeira é constituído pelas fachadas de varios predios, alguns dos quaes ainda se conservam, e outros são os antecessores dos que lá vemos ainda nas ruas dos Bacalhoeiros e do Caes de Santarem. E' pena que se não tenha podido representar no quadro o edificio da Misericordia, que ficava por traz do Terreiro do Trigo antigo, o que nos permitiria conhecer a architectura completa da sua fachada lateral, que é hoje ignorada.

Entre as fachadas dos predios observam-se algumas torres ameidadas da cerca mourisca de Lisboa, e n'uma d'ellas a porta da cidade a que chamavam, e ainda se chama, Arco das Portas do Mar. Distingue-se nitidamente a Casa dos Bicos, com as suas sobre-lojas e dois andares, e tres grandes predios que na antiga Lisboa eram os palacios do Duque de Aveiro, de Francisco de Tavora, e do Conde de Cuculim, este ultimo transformado no armazem de ferro da firma Sommer & C.<sup>a</sup>, e separado do anterior pela passagem conhecida por Arco de Jesus, provavelmente uma das portas modificadas da cerca moura da cidade.

Para o nascente seguem-se uns predios que em 1755 eram propriedades dos Condes de Villa-Flor e o palacio do mesmo, tendo pela frente uns balcões ou terraços conhecidos por *varandas do Conde de Villa-Flor*, que nitidamente se distinguem no quadro; e por ultimo o chafariz d'el-Rei, mostrando 6 bicas com agua corrente, e uma cortina de vedação do recinto, na qual se abre a entrada no lado occidental; o chafariz ficava entalado entre duas torres da muralha moura, que hoje já se não distinguem, comquanto exista parte da oriental mettida no interior do predio contiguo ao chafariz.

No rio, quasi todas as embarcações que se veem do lado esquerdo teem uma bandeira toda azul, pavilhão de guerra de D. João IV, estando entre ellas uma não com uma bandeira branca, tendo uma aguia preta com duas cabeças (pavilhão de Messina?), duas hollandesas (pavilhão com 3 faixas horisontaes: encarnada, branca e azul), e duas náos inglesas.

Ao centro do quadro e á direita predominam os barcos de guerra portugueses: náos com uma bandeira branca com o escudo e a coroa real (pavilhão real de Portugal), e com bandeira branca com a cruz vermelha de Christo (pavilhão das armadas da India); defronte do Forte do Terreiro do Paço está ancorada uma não com uma bandeira vermelha e duas faixas brancas em cruz (de Malta?); e no primeiro plano, do lado direito, vê-se uma não, cujos detalhes da bandeira já se não podem distinguir no quadro, não tendo sido por isso possível identificar-se a nacionalidade do barco.

\*  
\* \*

Por esta rapida descripção dos objectos representados no quadro, cujas identificações aqui mencionadas são susceptiveis, n'alguns pontos, de serem rectificadas, reconhece-se o seu grande valor documental para a iconographia de Lisboa, fazendo votos para que um bom tratamento futuro contrabalance as avarias que o tempo se encarrega de produzir, e para que elle possa ser exposto em local de facil accesso aos estudiosos e aos curiosos.

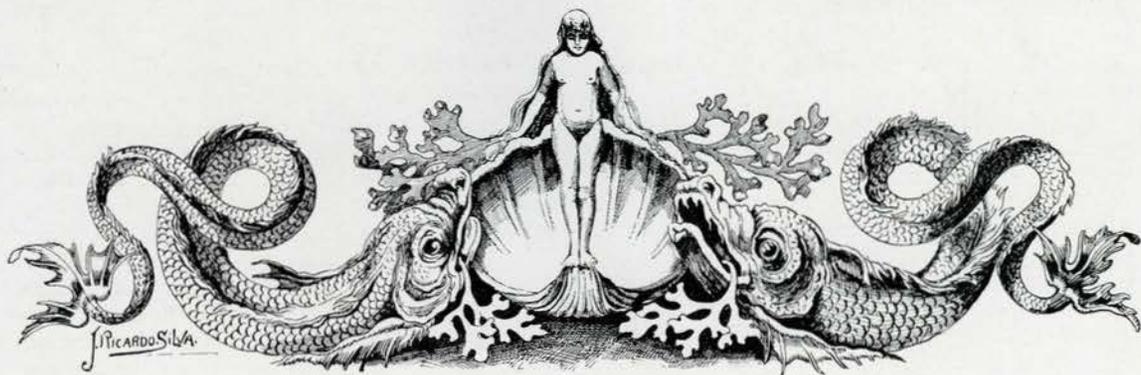
O seu exame é indispensavel a quem se proponha estudar a velha Lisboa, e os modernos escriptores que a tal assumpto se teem dedicado, já d'esta vista panoramica de Lisboa se teem largamente utilizado.

\*  
\* \*

Ha um outro quadro, tambem de grandes dimensões, que representa uma vista panoramica quasi identica da parte referente á cidade de Lisboa, mas o seu estado de conservação não permite que seja aqui reproduzido. Está collocado na parede do lado esquerdo de quem entra, junto ao tecto, na igreja de S. Luiz, rei de França; mas além da deterioração natural devida ao tempo, a falta de tratamento, o fumo das velas, a humidade e a poeira, teem enfolado a tela, estando o quadro condemnado a uma perda proxima e irreparavel.

Junho de 1929.

A. VIEIRA DA SILVA.



## O 2.º Visconde de Santarém Genealogista

(COM UMA CARTA INÉDITA)

Comunicação feita à Secção de Heráldica e Genealogia da Associação dos Arqueólogos Portuguezes em sessão de 26 de Dezembro de 1928 pelo sócio efectivo Augusto Cardoso Pinto.

**M**ANUEL Francisco de Barros e Sousa de Mesquita de Macedo Leitão e Carvalhosa, 2.º Visconde de Santarém, — nome que figura em lugar de honra nas páginas da história da literatura portuguesa como o de um escritor em que não sei o que mais se deva admirar, se a vastidão da sua cultura, posta ao serviço duma inteligência brilhante, se a sua extraordinária capacidade de trabalho, que lhe permitiu legar uma série valiosíssima de obras de largo fôlgo feitas à custa de longas e pacientes investigações nos principais arquivos nacionais e estrangeiros, — estadista, diplomata, historiador, arquivista, numismata e paleógrafo, foi também genealogista.

Não seria, em questões genealógicas, um D. António Caetano de Sousa, um Rangel de Macedo ou um Manso de Lima, mas os seus conhecimentos sobre o assunto chegavam-lhe para poder esboçar uma árvore de geração e, discriminando parentescos e expondo matéria legal relativa à sucessão em bens da Corôa e Ordens, esclarecer quem recorrera à sua ciência para se inteirar, por parte de um dos pretendentes, acerca dos direitos que este teria sobre os bens de uma das mais nobres e ilustres casas titulares do Reino, cujo último representante havia falecido sem descendência.

É o que nos mostra uma carta do erudito titular dirigida a um Frei Marcelino do Monte Carmello, carta que fez acompanhar de um esquema genealógico para melhor compreensão do que nela expunha.

Quem fôsse o bom do frade não o sei dizer nem

isso importa ao caso; talvez um desses exemplares da família fradesca inevitáveis, ainda há um século, na clientela das casas fidalgas como capelães, procuradores ou mestres de meninos, ou, então, como habituais convivas de jantares e recepções em que faziam o gaúdio da assistência pelos seus ditos de espírito e também pelos seus exercícios gastronómicos.

Mas vejamos os motivos que suscitaram a carta do Visconde de Santarém.

Nos começos de Março de 1827 faleceu, sem deixar descendentes nem parentes próximos, a 8.ª Marquesa das Minas e 11.ª Condessa do Prado, D. JOANA Bernarda de Noronha e Lancastre, filha de D. Lourenço José das Brotas de Lancastre, 8.º comendador e alcaide-mor de Coruche na Ordem de Avis, 5.º Marquês das Minas pelo seu casamento com D. Maria da Piedade Francisca Antónia de Sousa, senhora da Casa das Minas e Prado; a qual D. Joana, que havia sido casada com Francisco José Luis de Mello, Monteiro-mor do Reino, de quem enviudara ao fim de poucos meses, se vira herdeira das Casas de seus pais pela perda sucessiva de dois irmãos, D. Francisco Benedito de Sousa Lancastre e Noronha, 6.º Marquês das Minas, falecido em 1769 e D. João Francisco Benedito de Sousa Lancastre e Noronha, 7.º Marquês, que fez parte do Governo do Reino instituído quando da partida de D. João VI para o Brazil e morreu em 1810.

A Casa das Minas era um ramo de Sousas conhecido pelos genealogistas por «Sousas do Prado» em razão de ter tido o senhorio da vila do Prado com o título de Conde. Ao 3.º Conde, D. Francisco de Sousa, que teve este título por renúncia de seu tio D. Luis, foi concedido o de Marquês das Minas por carta de 7 de Janeiro de 1670, mas já seu avô D. Francisco de Sou-

sa, capitão general da Baía e do Rio de Janeiro, houvera promessa dêle em virtude de, durante o seu governo em terras brasílicas, se terem descoberto ricas jazidas auríferas na região a que por esta razão foi dado o nome de «Minas» (1).

O 4.º Marquês, D. António Caetano Luís de Sousa, deixou apenas uma neta, que foi 5.ª Marquesa e casou, como já se disse, com D. Lourenço de Lancastre, ficando, portanto, extinta na Casa das Minas a varonia de Sousa.

D. Lourenço José das Brotas de Lancastre, que foi do Conselho da Rainha D. Maria I e do da Guerra, Gentilhomem da Câmara e Marechal de Campo, era filho de D. Guiomar de Lancastre, senhora de Casa, e de seu marido D. Afonso de Noronha; herdou de sua mãe a comenda e alcaidaria mor de Coruche que andava num ramo de Lancastres saído da Casa dos Comendadores mores de Avis de que foi primeiro possuidor D. Luís de Lancastre, 3.º filho do Senhor D. Jorge, Duque de Coimbra, Mestre das Ordens de Avis e Santiago, filho ilegítimo de D. João II, os quais Comendadores mores tiveram os títulos de Condes de Figueiró e de Vila Nova de Portimão e depois, por aliança, o de Marquês de Abrantes e trazem, desde o meado do século XVIII, varonia de Távora.

Falecera, pois a 8.ª Marquesa das Minas sem herdeiros directos e por isso alguns parentes julgaram-se aptos a succeder-lhe nos bens.

Supunha-se nessas condições o 2.º Conde da Louzã, D. Luís António de Lancastre Basto Baharém, Senhor de Sernache dos Alhos, Alcaide mor de Celorico da Beira e Veador da Rainha D. Carlota Joaquina, por ser trineto em varonia de D. Rodrigo de Lancastre, 3.º Comendador de Coruche, na Ordem de Avis, 4.º avô da falecida Marquesa. Outro pretendente era D. Francisco de Salles Henriques de Lancastre, 14.º Senhor das Al-

cácovas, que foi 1.º Conde das Alcácovas e era filho de Luís de Vasconcellos e Sousa e de sua mulher D. Teresa Francisca de Paula Henriques de Lancastre, filha única do 12.º Senhor das Alcácovas, D. Caetano Alberto, a qual morreu ainda em vida de seu pai; mas o Conde da Louzã preteria-o na successão porque ao passo que aquele era 5.º neto de D. Rodrigo de Lancastre,

antepassado comum às três casas, Minas, Alcácovas e Louzã, este era seu 3.º neto. Porém, tanto um como outro apenas podiam fazer incidir as suas pretensões sobre os bens que haviam pertencido exclusivamente a D. Lourenço de Lancastre e de forma alguma sobre os da mulher deste, e daqueles bens entendiam-se somente os que fossem particulares porque os da Corôa e Ordens, como não eram de juro e herdade, deviam reverter para o Estado.

Devo lembrar que o Conde da Louzã era concunhado do Visconde de Santarém por serem casados o primeiro com D. Francisca de Saldanha da Gama e o segundo com D. Maria Amália de Saldanha da Gama, ambas filhas do 6.º Conde da Ponte, João de Saldanha da Gama Mello Torres Guedes de Brito e de sua mulher D. Maria

Constança de Saldanha Oliveira e Daun, da Casa Rio Maior. Não é, pois, para admirar que o Visconde, que à sua qualidade de Guarda-mor da Torre do Tombo e de entendido em papeladas velhas reünia a de parente chegado, fôsse consultado a propósito da pretensão do Conde da Louzã, consulta a que respondeu em carta datada de 13 de Março de 1827, cujo teor é o seguinte:

Snr. Fr. Marcellino do Monte Carmello

Ao Sr. Conde da Louzã D. Luiz nada pode pertencer da Caza do Prado, e Minas, e só poderá deduzir direitos do que possuisse o Marquez das Minas D. Lourenço de Lancastre que foi cazado com a Sr.ª D. Maria Antonia da Piedade e Souza: Herd.ª e Senhora da Caza das Minas. —

O d.º Sr. Conde hé hoje o unico que tem a varonia do Comendador Mor D. Luiz de Lancastre como se vê da Arvore junta, e hé quanto a mim parente mais proximo do Marq.º D. Lourenço de Lancastre do que o filho de Luiz de Vasconcellos neto de D. Caetano,



(1) A. Braamcamp Freire, Brazões da Sala de Sintra, liv. 1.º pg. 219.

e portanto p.<sup>o</sup> os Morgados que disfructasse o d.<sup>o</sup> D. Lourenço está no caso da Ley de 3 d'A.<sup>to</sup> de 1770.

Quaes fossem os Morgados que possuirão os commendadores de Coruche, e que teve o d.<sup>o</sup> Marq.<sup>z</sup> D. Lourenço não posso dizer neste momento, tendo apenas p.<sup>r</sup> conjectura que entre outros bens seria huma Quinta em Azeitão —

Quanto porem á Commenda de Coruche, e mais bens da Coroa e ordens que possuo o d.<sup>o</sup> Marquez D. Lourenço se prova pela sentença do Juizo das Justificações de 13 de Julho de 1812, Decreto da m.<sup>ma</sup> data, e Alvará de 16 de Nov.<sup>o</sup> de 1796 que erão em vidas, e por tanto não sendo de Juro, e herdade, e dispensada a Ley Mental e muito mais em presença da Ley novíssima que faz reverter á 5.<sup>a</sup> caixa da Junta dos Juros os Bens da Coroa e ordens extinctas as vidas, não pode neste caso ter direito a estes d.<sup>os</sup> Bens pessoa alguma.

Quanto porem a ter succedido a falecida Marquiza a seu Irmão o Marq.<sup>z</sup> D. João sem que conste como foi isto feito, sem apparecer a dispensa da Ley Mental, como se diz no Papel incluso, e em vista da Sentença de Justificação que ultimam.<sup>o</sup> me entregou a S.<sup>ra</sup> Condessa da Louzã D. Fran.<sup>ca</sup> tratarei de fazer indagar na Torre do Tombo.

Caza em 13 de  
Março de 1827

Seu venerador, e obrg.<sup>do</sup>  
M V Santarem (1)

Esta carta fazia-se acompanhar, como já se disse, de um esquema genealógico em que se mostra o parentesco entre as três Casas, Minas, Alcáçovas e Louzã.

Estranha o Visconde o facto de a falecida Marquiza ter succedido seu irmão o 7.<sup>o</sup> Marquês das Minas nos títulos e mais bens da Corôa e Ordens que este possuia, porquanto a habilitação que sobre elles apresentara, havia sido indeferida por sentença de 13 de Março de 1812 dada pelo juizo das justificações.

Desta sentença e dum alvará de 28 de Setembro de 1796 pelo qual se fazia mercê ao Marquês D. Lourenço de uma vida na alcaidaria-mor de Coruche, na alcaidaria-mor e portagem da vila de Benavente e na comenda de Sam João Baptista de Coruche na Ordem de Avis, ambos constantes dos autos de justificação da Marquiza D. Joana, se tirou certidão em 10 de Março de 1827, passada pelo escrivão das justificações Francisco Rufino de Castro Guimarães, certamente a requerimento do Conde da Louzã, cujo actual representante a conserva no seu arquivo de familia juntamente com a carta e a árvore do Visconde de Santarém.

Pela sentença verifica-se: que a Marquiza D. Joana foi reconhecida como herdeira de seu irmão o Marquês D. João; que o Marquês D. Lourenço obtivera, por despacho de 24 de Abril de 1778, mercê, em remuneração de seus serviços, de mais uma vida no título de Marquês das Minas para o filho ou filha que lhe succedesse na casa e na da Marquiza sua mulher e também de uma vida mais em todos os bens da Corôa e Ordens em que a não tivesse, e de uma vida nas duas comendas que possuia e ainda mercê da comenda de Sam Verissimo de Lagares na Ordem de Cristo com uma vida mais para o filho ou filha que lhe succedesse; que por decreto de 21 de Março de 1797, havendo falecido o primogénito do Marquês, que chegara a usar o título em vida de seu pai, este tivera mercê do título para seu

filho segundo D. João com mais uma vida nos bens da Corôa e Ordens e tenças que a Casa usufruia; e conclui-se que, não se mostrando dos autos que a supplicante D. Joana Bernarda de Sousa e Lancastre tivesse obtido mercê particular do título e bens da Corôa e Ordens com dispensa da lei mental, não se podia verificar nesta senhora a vida a que se refere a sua habilitação que nesta parte não teve deferimento.

Na verdade, não obstante a sentença desfavorável, D. Joana havia obtido mercê do título de Marquiza, mercê esta que possivelmente envolveu os referidos bens, mas não admira que o Visconde não tivesse conhecimento dela, porquanto fôra concedida no Rio de Janeiro por D. João VI, em 25 de Novembro de 1815, por carta registada a fls. 144 do livro 46 das Mercês que se encontra no Arquivo Público daquela cidade (1).

As pretensões á Casa das Minas, levantadas pela morte da 8.<sup>a</sup> Marquiza, não tinham, como dizia o Visconde, cabimento justificado. A Casa foi considerada extinta e o título só algumas dezenas de anos depois é que foi renovado num ramo feminino dos Souses do Prado. Quanto aos bens próprios de D. Lourenço de Lancastre, não sei a quem vieram a caber.

Mas a recordar esta velha história, sobre a qual já rodou um século, ficaram os três documentos que tenho a honra de apresentar a esta Secção e de que dois, a carta e a árvore devidas á pena do 2.<sup>o</sup> Visconde de Santarém, dão direito a que o nome, já por tantos outros títulos illustre, dêste notável erudito seja inscrito no catálogo dos cultores da Genealogia!

CERTIDÃO — Francisco Justino de Castro Guimarães Proprietario Encartado no Officio de Escrivão Das Justificações do Reyno por Sua Magestade Fidelissima que Deos Guarde. Certifico que em meu poder e cartorio se achão huns Autos de Justificação já findos, em que foi Justificante a Excellentissima Marquiza das Minas Dona Joanna Bernarda de Souza Lancastre, em cujos Autos se achão varios Documentos por copia Autentica, e entre elles se acha o Alvará do theor e forma seguinte:

Eu a Raynha como Governadora e Perpetua Admenistradora que sou do Mestrado Cavalaria e Orde:m de São Bento de Aviz: Faço Saber que em Remuneração dos Serviços do Marquez das Minas Dom Lourenço José das Brotas e Lancastre, do Meu Conselho, e do de Guerra, Gentil Homem de Minha Camara, e General de Infantaria; feitos athe ao presente. Hey por bem fazer lhe Merce alem de outras de huma Vida na Alcaidaria Mor de Coruche, na Alcaidaria Mor e Portagem da Villa de Benavente, e na Commenda de São João Baptista de Coruche da Ordem de São Bento de Aviz; á margem do registo da Portaria por onde este Alvará se obrou se porá a Verba necessaria, de que se passará Certidão nas costas deste, que se cumprirá sendo Registado nos Livros das Mercês, e passando pela Chancellaria da dita Ordem Lisboa vinte e oito de Setembro de mil sete centos e noventa e seis — Principe, com Guarda— Conde de Val de Reys, Prezidente — Alvará porque Vossa Magestade, em Remuneração dos Serviços do Marquez das Minas Dom Lourenço José das Brotas e Lancastre do Conselho de Vossa Magestade e do de Guerra, Gentil Homem de Sua Real Camara, e General de Infantaria, feitos athe ao presente, Há por bem fazer-lhe Mercê alem de outras, de huma Vida na Alcaidaria Mor de Curuche, na Alcaidaria Mor e Portagem da Villa de Benavente, e na commenda de São João Baptista

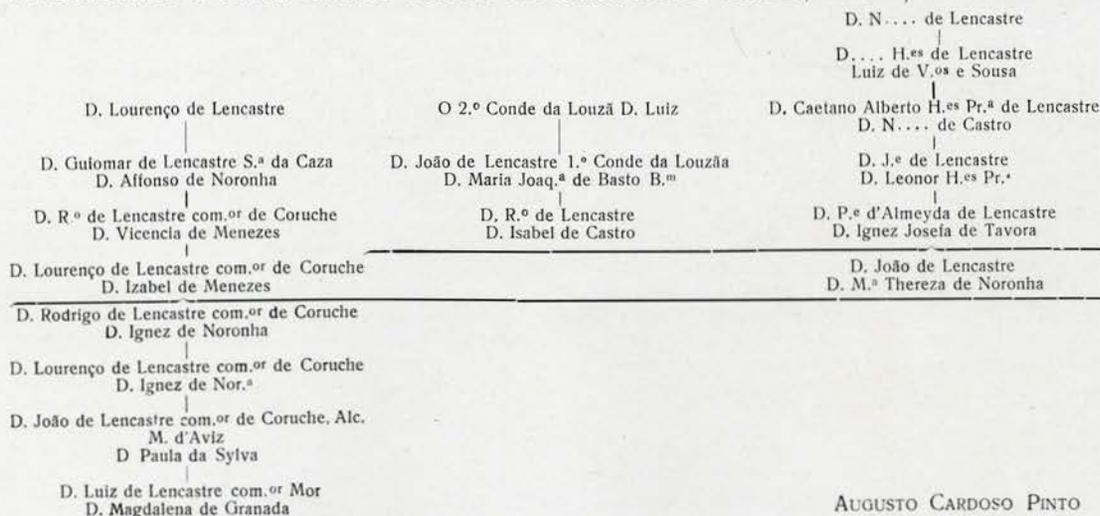
(1) Na rubrica parece distinguirem-se um M V antes da palavra Santarem; a tradução será: «Manuel Visconde de Santarem».

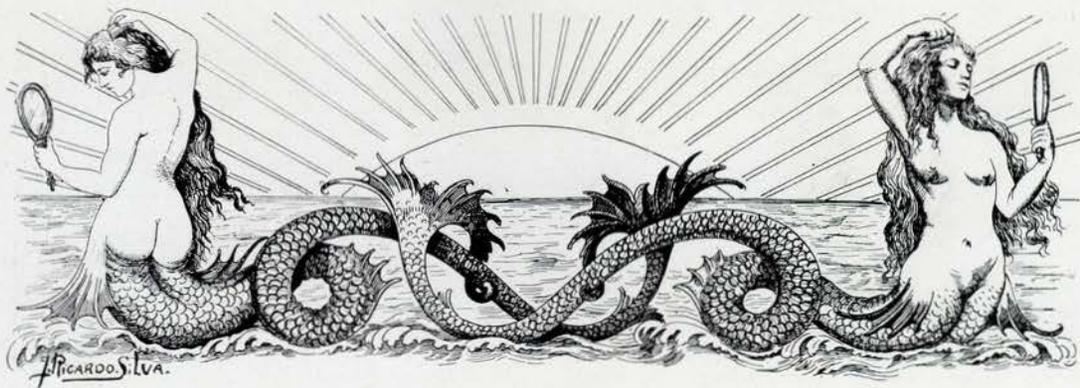
(1) Sanches de Baena, Dicionario Aristocratico, pag. 57.

da dita Villa de Curuche da Ordem de São Bento de Aviz, como assim se declara—Para Vossa Magestade ver—Por Decreto de Sua Magestade de quatro de Abril, Portaria do Menistro e Secretario de Estado dos Negocios do Reyno José de Seabra da Silva de vinte e tres de Junho de mil sete centos noventa e cinco, e Despacho da Meza da Conciencia e Ordens de onze de Dezembro tudo de mil sete centos noventa e cinco—Bento Xavier Gentil o fez escrever—Januario Antonio da Silva Castro, o fez—Deste dois mil reis—À margem do Registo da Portaria pela qual se passou este Alvará, fica posta a verba necessaria, Nossa Senhora da Ajuda em dezasseis de Novembro de mil sete centos noventa e seis—José Anastacio de Figueiredo—Registado a folhas quarenta verço, e pagou mil reis—Francisco Antonio Marques Giraldes de Andrade—Nesta Secretaria do Registo Geral das Mercês fica Registado este Alvará Lisboa dezasseis de Novembro de mil sete centos noventa e seis, e pagou dois mil reis—Estevão Pinto de Moraes Sarmiento e Olivares—Pagou cento e vinte reis, e aos Officiaes dois mil cento e dez reis. Lisboa dezacete de Novembro de mil sete centos noventa e seis—Bento Xavier de Azevedo Coutinho Gentil—Fica Registado na Chancellaria da ordem no Livro de Registo dos Papeis da Real assignatura a folhas cento cincoenta e nove. Lisboa dezacete de Novembro de mil sete centos noventa e seis—Joaquim Marques da Silva Castro—Lugar das armas Reaes do Sello da Cauza Publica Pagou oitenta reis de Sello. Lisboa nove de Maio de mil oito centos e doze—Numero cincoenta Lansado—Sequeira Coutinho—E nos mesmos Autos a final se acha a Sentença e Termo de Intimação do theor seguinte—Mostra se que a supplicante Marquiza de Minas, como unica e legitima Herdeira de seu Irmão Dom João Francisco Benedicto do Sousa Lencastre Marquez do mesmo Titulo, falecido ab intestado no dia constante da Certidão folhas onze; he tãobem a Successora de todos os Direitos e Acções que competião ao dito Marquez seu Irmão falecido. Mostrase que por Despacho de Sua Magestade de vinte e quatro de Abril de mil sete centos setenta e oito, tendo a mesma Senhora consideração aos distinctos Serviços do Marquez Dom Lourenço seu Pay, não só Militares athe ocupar o Posto de Marechal de Campo com o commando do seu Regimento, mas aos de quaze vinte e cinco annos de Exercicio de Gentil Homem do Serenissimo Infante Dom Antonio, do Senhor Rey Dom Pedro, e do Augusto Senhor Rey Dom José Primeiro, em que continuava a Servir, contemplados tambem os ultimos Serviços do Marquez do mesmo Titulo Dom Antonio Luiz Caetano de Souza no Posto de Tenente General dos Seus Exercitos, e nos Empregos de Conselheiro de Guerra, e de Gentil Homem

da Sua Real Camara; em Remuneração de todos estes Serviços Houve a Mesma Augusta Senhora por bem, fazer Mercê de huma Vida mais no Titulo de Marquez das Minas para o filho ou filha que Succedesse na Sua Caza, e na da Marquiza Sua Mulher, e de huma Vida mais em todos os Bens da Coroa e Ordens em que o dito Marquez a não tivesse, e com todas as Jurisdiçoens e Regalias com que actualmente as pousuhia a sua Caza; e outrosim de huma vida mais nas duas Commendas que já então possuuhia o Marquez Dom Lourenço, Pay da Supplicante; ao qual foi outro sim Servida fazer Mercê da Commenda de São Verissimo de Lagares, da Ordem de Christo, com huma Vida mais na mesma Commenda para o Filho ou Filha que lhe succedesse na mesma Caza, como tudo se vê da Portaria folhas vinte e huma, datada em vinte de Mayo de mil sete centos e setenta e oito. Mostrase que por Decreto de Sua Magestade de vinte e hum de Março de mil sete centos noventa e sete, acuzado na Portaria que vem a folhas vinte, tendo a mesma Senhora Consideração á justa magoa do Marquez Dom Lourenço, pela falta de seu Filho Primogenito o Marquez Dom Francisco, e ao que aquelle merecia e merecerão os Assendentes da Caza das Minas, fizeza Mercê de Marquez do mesmo Titulo, a seu segundo filho Dom João, como o teve seu falecido Irmão com huma Vida nos Bens da Coroa e Ordens, e Tenças que tem a mesma Caza de Minas, pondo-se á margem da mesma Portaria as verbas necessarias, declaradas a folhas vinte verço. Em cujos termos não se mostrando dos Autos, que a Supplicante obtivesse Mercê particular do Titulo, e Bens da Coroa e Ordens, com Dispença da Ley Mental, não pode considerarse transmissivel á mesma Supplicante a verificação da Vida a que se derige a sua Habelitação; Portanto, indeferida nesta parte, e havendo por provada a sua identidade para os fins a que tem direito a Julgão habellitada para requerer a cobrança de tudo o que se estiver devendo dos Titulos, e Tenças, como Herdeira de Irmão o Marquez Dom João falecido, para o que se lhe passe Sentença. Lisboa treze de Julho de mil oito centos e doze—Com seis Rubricas dos Conselheiros da Fazenda—Com a Sentença supra, proferida nestes Autos, a Intimei ao Dezembargador Procurador da Fazenda na forma do Decreto de Sua Alteza Real Lisboa treze de Julho de mil oito centos e doze. Francisco de Castro Guimaraens o escrevi—Intimada—Com a Rubrica do Dezembargador Procurador da Fazenda—E para constar fiz passar a presente, por mim subscripta e assignada. Lisboa dez de Março de mil oito centos vinte e sete. Francisco Justino de Castro Guim.<sup>s</sup> a subscrevi e assignei—Fran.<sup>co</sup> Justino de Castro Guim.<sup>es</sup>.

### ÁRVORE GENEALÓGICA FEITA PELO 2.º VISCONDE DE SANTARÉM MOSTRANDO O PARESTESCO ENTRE AS CASAS DAS MINAS, ALCÁÇOVAS E LOUZÃ





# HERALDICA DE FAMILIA

## CARTAS D'ARMAS

APONTAMENTOS COLLIGIDOS POR AFFONSO DE DORNELLAS

Luis Antonio da Costa Serejo  
e Vasconcellos

**E**M belo estado de conservação, é esta carta em forma de livro, estando hoje incorporada na Colocação de Affonso de Dornellas que a adquiriu ao Snr. Antonio Correia empregado no Banco de Portugal e que a tinha em seu poder por a sua familia a ter herdado juntamente com o predio e quinta na Rna Antonio de Sá n.º 2 em Palma de Baixo, termo de Lisboa, tudo pertencente ao proprio Luis Antonio da Costa Serejo e Vasconcellos que morreu sem descendentes.

Esta Carta d'Armas é inedita.

Vejamus a parte interessante do seu contheudo :

—Dom Joam Por graça de Deos Rey de Portugal. . A quantos esta minha carta virem faço saber que Luis Antonio da Costa Serejo e Vasconcellos, Cavaleiro profeço da ordem de Christo e famalliar do santo officio, morador nesta minha Cidade de Lisboa Occidental, me fes petição, em como elle descendia, e vinha da geração, e linhagem dos Costas, Sereyos, Vasconcellos e Pereiras, e suas armas lhe pertencião de direito, e pedindo me por mercê q. para a memoria de seus antecessores senão perder, e elle uzar e gosar, a honra das armas, que pellos merecimentos de seus servisos ganharão e lhe forão dadas, e asim dos privilegios, honras, graças e merçes, que por direitio e por bem dellas lhe pertencem, lhe mandaçe dar minha carta

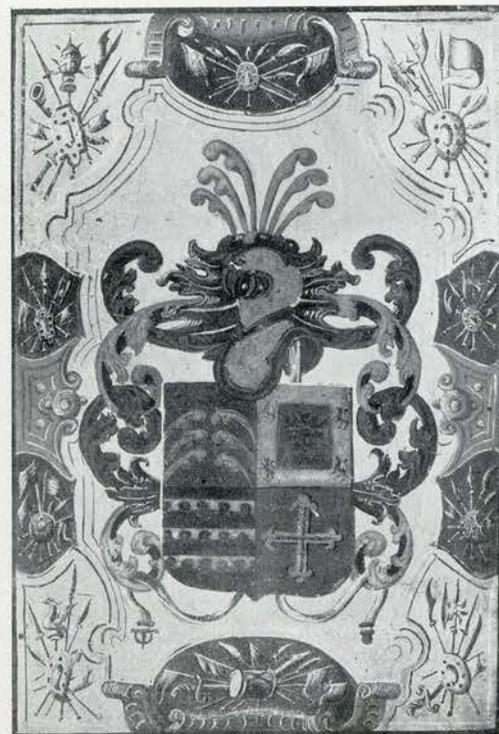
das ditas armas, que estavão registadas em os livros do registo das armas dos nobres, e fidalgos de meus Reynos, que tem Portugal meu principal Rey d'armas. A qual petição vista por mim, mandei sobre ella tirar inquerições de testemunhas pelo Doutor Manoel da Costa de Amorim do meu dezembargo, e meu Dezembargador em esta minha Corte, e caza da suplicação, Corregedor do civil em ella, e por Caetano Jozeph de Moura, escrivão do dito juizo pellas quaes fui certo que elle procede e veio da geração, e linhagem dos ditos Costas, Sereyos, Vasconcellos e Pereiras como filho lejitimo do Bacharel João Bautista Henriques e de sua mulher D. Maria Antonia de Vasconcellos, posuidora de hum Morgado de que elle supplicante he erdeiro, moradores nesta Cidade; Neto pella parte materna de Bernardo da Costa Serejo, e de sua mulher e sobrinha D. Francisca Maria Xavier de Vasconcellos, Bisneto de Manoel da Costa Serejo natural da Uilla de Serpa e de sua mulher Paula Bernardes de Andrade, Terceiro neto de Luis Serejo morador na dita Uilla, e de sua mulher Izabel Semeyra da Costa. Quarto neto de Manoel Serejo, e de sua mulher Maria Gonçalves Rapozo. Quinto neto de Loupo Serejo posuidor do morgado dos Sereyos de Serpa, e de sua mulher D. Izabel Pereira Falcão; Sexto neto de Lopo Serejo posuidor que foi do dito morgado, e de sua mulher e parenta Izabel Bocarra. Setimo neto de Manoel Serejo, e de sua mulher D. Maria Passanha descendente directamente da familia dos Sereyos e lhe pertencem as suas armas e por sua terceira avò D. Izabel Semeira da Costa ehe quarto neto de Henrique Semeiro fidalgo Engles que se Pasou a este Reyno por não querer deixar a Relligião Catolica, e de sua mulher D. Mayor Coresma, que era filho de João Rodrigues da Costa Barreto, e de sua mulher D. Izabel Coresma Barreto que era dos verdadeiros Costas Barretos deste Reyno, aparentados com muytos fidalgos principais. Os quaes todos seus refferidos avos se tratarão a ley da nobreza, com o estado a ella devido, e ser o dito supplicante neto do dito Bernardo da Costa Serejo, o qual fes sua justificação de nobreza na qual

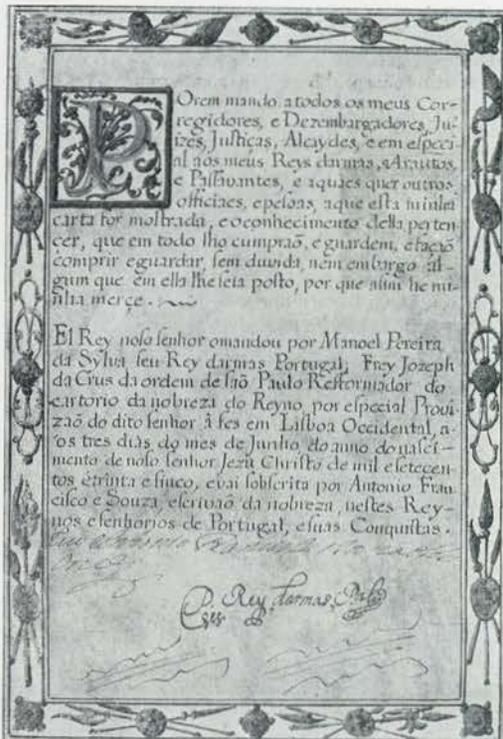


pellas quies fui leito que elle proceda em da-  
geraçao, e linhagem dos ditos Collas Sereyos,  
Vasconcellos, e Terentis, como filho legitimo do  
Bacharel Joao Bautista Henriques, e de sua mu-  
lher D. Maria Antonia de Vasconcellos, paulhi-  
da de hum morgado de que elle supplicante he  
erdeiro moradores nesta Cidade: Neto pela  
parte materna de Bernardo da Costa Sereyo,  
e de sua mulher e sobrinha D. Francisca Maria  
Xavier de Vasconcellos. Bisneto de Manoel da  
Costa Sereyo natural da Villa de Serpa, e de sua  
mulher Paulz Bernardes de Andrade. Terceiro  
neto de Luis Sereyo morador na dita Villa, e de  
sua mulher Izabel Semeira da Costa. Quarto  
neto de Manoel Sereyo, e de sua mulher Maria  
Goncalves Ruyzo. Quinto neto de Antonio  
Sereyo paulhidor do morgado dos Sereyos  
de Serpa, e de sua mulher D. Izabel Bernardes  
de Serpa; Sexto neto de Lopo Sereyo paulhidor que  
foi do dito morgado, e de sua mulher e parenta  
Izabel Bacarra. Setimo neto de Manoel Se-  
reyo, e de sua mulher D. Maria Paulhidor de-  
cedente directamente da familia dos Sereyos  
e lhe pertencem as suas armas, e por sui ter-  
ceira avo D. Izabel Semeira da Costa, e he quarto  
neto de Henrique Semeira fidalgo Engles que  
se palou neste Reyno por nao queter deixar a  
Religio Catholica, e de sua mulher D. Mayor  
Corchua, que era filha de Joao Rodrigues da  
Costa Bisneto, e de sua mulher D. Izabel Cord  
ma

**O M IOAM**

Porgera de Deos Rey de Portugal  
e dos Algarves, da quem estalem,  
mar em Africa, senhor de Guine e  
da Conquista, navegaçao, do comer-  
cio da Ethiopia, Arabia, Persia, e India. Et c.  
A quantos elle minha carta muiã fizeo libere que  
Luis Antonio da Costa Sereyo e Vasconcellos, Ca-  
valleiro profeco da ordem de Christo, e familiar do  
santo Officio, morador nesta minha Cidade de  
Lisboa Occidental, me fes peticao, em como elle del-  
cenda, comta da geracao, e linhagem dos Collas,  
Sereyos, Vasconcellos, e Terentis, e suas armas  
heperitencia de direito, e pedindome por merce q-  
para memoria de seus antecessores senao perder,  
e elle uzar egoan, da honra das armas que pellos  
meccimentos de seus servilos ganhavao elle  
lhoas dadas, e aliã das privilegios, honras, gra-  
ças, e merces, que por direito e por bem dellas lhe  
pertencem, lhe mandace dar minha carta das  
ditas armas que ellavao regibidas em os livros  
dos registo das armas dos nobres, e fidalgos de  
meus Reynos, que tem Portugal meu princi-  
pal Rey das armas. Aquil peticao vili por-  
min mandei sobre ella tirar inquericao, de tel-  
teimilhas pelo Doutor Manoel da Costa de  
Amorim domer dezemburgo, em eu Dezan-  
bargador em ella minha Corte, e era da impli-  
cacao Corregedor do Sud em ella, e por Cae-  
tano Jozeph de Moura, elevavao do dito juizo,





já elle supplicante vem nomeado, e que de direito as suas armas lhe dertencem; As quaes lhe mandei dar em esta minha carta com seu Brazão, Elmo, e Timbre, como aqui são devizadas, e assim como fiel e verdadeiramente se acharão devisadas, e registadas em os livros dos registos do dito Partugal meu Rey darmas. A saber. Hum escudo espartellado, no primeiro quartel as armas dos Costas, em campo vermelho seis costas de prata firmadas no escudo em duas palas. No segundo as dos Sereyos, em campo de ouro hua cerejeira com raizes tudo de verde com orla de prata com quatro leões vermelhos rompentes. No terceiro, as dos Uasconcellos, em campo preto tres faxas veiradas, e contra veiradas de prata e vermelho. No quarto as dos Pereiras, um câpo vermelho, huma Crus de prata floreteada e vazia do campo. Elmo de prata aberto guarnecido de ouro. Paquife dos metaes e cores das armas. Timbre seis costas de prata firmadas no elmo e por differença huma brica de ouro com hum trifolio preto.

O qual escudo, armas e sinaes, posa trazer e traga o dito Luiz Antonio da Costa Sereyo e Uasconcellos assim como as trocerão, e dellas uzarão seus antecessores em todos os lugares de honra . . . . . El Rey noso senhor o mandou por Manoel Pereira da Sylva seu Rey darmas Portugal; Frey Joseph da Crus da ordem de são Paulo Refformador do cartorio da nobreza do Reyno por especial Provisão do dito senhor a fes em Lisboa Occidental, aos tres dias do mes de Junho, do anno do nascimento de noso senhor Jezu Christo de mil e setecentos e trinta e sinco, e vai sobscrita por Antonio Francisco e Souza, escrivão da nobreza nestes Reynos e senhorios de Portugal, e suas Conquistas. E eu Antonio Francisco escrivão sobescrevi.

P. Rey darmas. Fica registado este Brazão no L.º 8.º do registo dos Brazões da nobreza de Portugal a f. 216—Lisboa Occidental dois dias do mes de Julho do anno do nascimento de noso senhor Jezu Christo de mil E sete centos E trinta E sinco. (a) Ant.º Franc.º

